

ECONOMISTAS

Da Desigualdade à Prosperidade

Como dinamizar o país valorizando
o que torna cada região única

**Políticas
territoriais e
desenvolvimento:
superando
desigualdades
regionais**

Fabrício José Missio

**Resiliência
urbana diante
do risco
climático**

Janine Alves

**A urgência de
uma política ativa
de desenvolvimento
regional**

Ana Cláudia Arruda

**Entrevista
com Aloizio
Mercadante**

*Fortalecimento do
BNDES para
impulsionar o Brasil
e suas regiões*



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
cofecon.org.br



EXPEDIENTE

Presidente: Tania Cristina Teixeira

**Vice-presidente: João Manoel
Gonçalves Barbosa**

Conselheiros efetivos:

Carlos Alberto Safatle
Carlos Roberto de Castro
Claudemir Galvani
Elis Braga Licks
Fabíola Andréa Leite de Paula
Flávia Vinhaes Santos
Gustavo Casseb Pessoti
João Manoel Gonçalves Barbosa
Kerssia Preda Kamenach
Lucia dos Santos Garcia
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de Lima
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto Polli Lobo
Pedro Afonso Gomes
Tania Cristina Teixeira
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Corrêa de Lacerda
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Cid Cordeiro Silva
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Evaldo da Silva
Frednan Bezerra dos Santos
Gilson de Lima Garófalo
José Antonio Lutterbach Soares
José Luiz Pagnussat
Josélia Souza de Brito
Maurílio Procópio Gomes
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Dantas da Costa
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
João Manoel Gonçalves Barbosa
(Vice-coordenador)

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antonio Corrêa de Lacerda
Eduardo Reis Araujo
Elis Braga Licks
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Fernando Augusto Mansor de Mattos
Francisco Horácio Pereira de Oliveira
Gelton Pinto Coelho Filho
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
João Hallak Neto
José Luiz Pagnussat
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Juliane da Costa Furno
Lauro Chaves Neto
Lucia dos Santos Garcia
Marcelo Pereira Fernandes
Maria Cristina de Araújo
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Sérgio Fracalanza
Pedro Garrido da Costa Lima
Roberto Bocaccio Piscitelli
Wallace Marcelino Pereira
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
João Gonçalves Barbosa (Vice-coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

**SIGA-NOS NAS
REDES SOCIAIS!**



@cofecon

Editorial Tania Cristina Teixeira	5	Desenvolvimento Regional e Urbano Kerssia Kamenach	50
Entrevista Aloizio Mercadante Coordenação de Comunicação	7	Desigualdades Regionais no Brasil Ana Cláudia Arruda	56
Economia e Desenvolvimento na Linha de Defesa Janine da Silva Alves Bello	18	Dia do Economista: Desenvolvimento sustentável e integração regional em debate Coordenação de Comunicação	62
Políticas Territoriais e Desenvolvimento Fabricio J. Missio	26	Novos livros	68
Desenvolvimento Regional na Amazônia Cleyson Silva dos Santos e André Cutrim Carvalho	32		
Desigualdades Regionais e Políticas Públicas Frederico de Alcântara e Silva	39		
Entre Desafios e Oportunidades: o Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2050 Gustavo Casseb Pessoti e Fernanda Calasans C. L. Pessoti	44		

O Brasil é um país de múltiplas realidades regionais. Do semiárido nordestino à fronteira agrícola do Centro-Oeste, da força industrial do Sul e Sudeste à vastidão da Amazônia, das metrópoles que concentram riqueza e inovação aos pequenos municípios que lutam por oportunidades, nossa diversidade territorial é também um de nossos maiores desafios. Como construir um país no qual cada região possa transformar suas potencialidades em prosperidade, valorizando as características que as tornam únicas, sem renunciar à justiça social e atendendo aos desafios recentes da sustentabilidade?

Esta edição tem como tema “Da Desigualdade à Prosperidade”. O debate do desenvolvimento regional vem sendo realizado pelo Cofecon ao longo de 2025, recorrendo a especialistas com experiência nacional e internacional para abordar políticas e estratégias, desindustrialização e neoindustrialização do Brasil e uma leitura atualizada do desenvolvimento regional pela ótica das Contas Regionais.

Os artigos publicados nesta edição tratam de múltiplas facetas do desenvolvimento regional – desde as políticas territoriais até estudos de

caso específicos – e o economista tem um papel central no enfrentamento delas. Além disso, uma entrevista exclusiva com o presidente do BNDES, economista Aloizio Mercadante, detalha como o banco público voltou a ocupar um lugar central na execução de políticas de desenvolvimento, articulando instrumentos financeiros e programas para enfrentar desafios como a transição ecológica, a neoindustrialização e a redução das desigualdades regionais.

Também não poderia deixar de citar que no dia 13 de agosto comemoramos o Dia do Economista – e nós o fizemos com um debate sobre políticas de desenvolvimento sustentável e questões regionais, realizado em Brasília, e que é tema de uma matéria especial nesta edição. As transformações econômicas, sociais e ambientais em curso exigem respostas tecnicamente embasadas, criativas e eficazes, além de compromisso social e uma visão capaz de enxergar o todo e o longo prazo. De forma resumida, para transformar nossa diversidade em prosperidade comparilhada, precisamos do trabalho de economistas.

Boa leitura!



Tania Cristina Teixeira

Presidenta do Cofecon

Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e especialista em Políticas Econômicas (PUC Minas), mestre em Ciência Política (DCP/UFMG), com mestrado Master-DEA e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de Valência, Espanha. Professora do Departamento de Economia da PUC Minas, atua como coordenadora de Extensão Universitária e de Monografia. Foi presidenta do Corecon-MG em 2020, 2021 e 2022. É conselheira do Cofecon desde 2024 e presidenta no exercício de 2025.



O papel do BNDES na **construção de uma nova economia**

*Em entrevista exclusiva, o presidente do Banco, **Aloizio Mercadante**, explica como a instituição volta a ser peça-chave na transição ecológica e no combate às desigualdades no Brasil.*

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Nos últimos anos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem sendo reconduzido a um papel de protagonismo na estratégia de desenvolvimento do País. Políticas públicas importantes, como o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o plano Nova Indústria Brasil (NIB) e o Plano de Transição Ecológica, têm contado com o apoio estratégico da instituição, que volta a exercer sua função histórica de coordenar investimentos estruturantes, num momento em que a economia brasileira tem crescido acima de 3% ao ano.

Desde 2023 o Banco é presidido pelo economista Aloizio Mercadante. Graduado pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mercadante tem vasta trajetória pública, com dois mandatos de deputado federal e um de senador, além de ter sido ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Casa Civil. Na área acadêmica, é professor aposentado da Unicamp e professor licenciado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Mercadante lidera um processo de fortalecimento institucional no Banco, com foco na governança, na valorização de recursos humanos e na articulação com outras esferas do Estado. O BNDES tem sido um financiador de projetos voltados à transição energética, à bioeconomia, à infraestrutura verde e ao enfrentamento de crises climáticas regionais, tendo destinado cerca de R\$ 39 bilhões em créditos à recuperação econômica do estado.

Nesta entrevista à Revista Economistas, Mercadante compartilha as principais diretrizes desta nova fase, destacando a importância de fortalecer cadeias produtivas, financiar a transição energética, estimular a bioeconomia e promover os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Revista Economistas: Nos últimos anos, o papel dos bancos públicos de desenvolvimento passou por diversas revisões e críticas. Com a crescente urgência de enfrentar desafios como a desigualdade, a transição ecológica e a necessidade de reindustrialização, qual é a concepção estratégica que o senhor defende para o BNDES?

Aloizio Mercadante: Vivemos um momento decisivo para a humanidade no que diz respeito às ações que precisam ser realizadas para atenuar significativamente os impactos do colapso socioambiental em curso. A crise climática, com desastres cada vez mais frequentes e disruptivos, não é um desafio isolado. Na verdade, o acirramento das disputas geopolíticas, o enfraquecimento da ordem multilateral e a deslegitimação da política, que, por sua vez, moldou as recentes ameaças às democracias, exigem de nós a capacidade de nos reinventarmos e enfrentar grandes transformações.

As instituições nacionais, regionais e internacionais vivem o dilema de abordar esse conjunto de ameaças globais, ao mesmo tempo que, muitas vezes, permanecem presas a dinâmicas ultrapassadas e padecem da ausência de instrumentos que viabilizem a implementação de políticas. Por isso, é fundamental compreender a estratégia de ação do BNDES à luz dos esforços que realizamos para incorporar novos instrumentos e novas áreas de atuação para uma transformação estrutural em direção a um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Nossos resultados comprovam que, sob a liderança do Governo Lula, o BNDES recuperou o seu papel de principal instrumento de promoção do desenvolvimento do Brasil, impulsionando investimentos massivos necessários ao País. Tivemos a retomada do apoio a diversos segmentos importantes, com volumes recordes de crédito aprovados para inovação e exportação, bem como o maior apoio a micro, pequenas e médias empresas da história da instituição.

Vale, inclusive, destacar o apoio realizado pelo Banco à implementação de investimentos voltados para inovação e digitalização a partir do Programa BNDES Mais Inovação. O programa foi viabilizado pela Lei 14.592/2023, que autorizou a instituição a utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador com custo financeiro indexado à Taxa Referencial (TR). Isso mostra, de forma concreta, a excelente relação que estabelecemos com o Congresso Nacional e a compreensão compartilhada de que o Banco é um importante executor de políticas públicas.

Essa visão jamais seria possível se não tivéssemos como diretriz a transparência ativa e a reconstrução de capacidade institucional para fazer frente aos desafios do nosso tempo. Nesse sentido, tivemos o maior concurso da história do Banco e estruturamos uma nova área dedicada a Desastres e Eventos Climáticos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce.

Além disso, o BNDES tem sido coordenador e estruturador de diversas emissões de debêntures, fornecendo selo de qualidade, liquidez



O Brasil tem hoje uma oportunidade histórica de liderar a transição energética e ambiental, promovendo a neindustrialização com responsabilidade socioambiental e combatendo as desigualdades regionais."



e garantia firme a muitas colações privadas. Há, portanto, complementaridade entre a atuação do BNDES e o mercado de capitais.

O Brasil tem hoje uma oportunidade histórica de liderar a transição energética e ambiental, promovendo a neointustrialização com responsabilidade socioambiental e combatendo as desigualdades regionais. O BNDES lidera iniciativas para promover uma bioeconomia inclusiva e regenerativa na Amazônia, com foco em restauração florestal, créditos de carbono de alta integridade e valorização da sociobiodiversidade. Com instrumentos financeiros inovadores e atuação territorial, o Banco posiciona o Brasil como referência global em soluções baseadas na natureza e na valorização da floresta em pé.

Diante das nossas desigualdades históricas e regionais profundas, outra iniciativa inovadora que merece destaque é o Sertão Vivo, justamente por traduzir nossa missão de agir no combate à pobreza de forma integrada à geração de resiliência climática. O programa proporciona um aumento da produção de alimentos com tecnologias que se adaptam ao semiárido, promovendo, ao mesmo tempo, a recuperação de sistemas degradados da caatinga.

Com a intensificação de eventos climáticos extremos, a instituição tem trabalhado na promoção de infraestrutura urbana resiliente,

aliando justiça climática, transição ecológica e inclusão. Lançamos, em janeiro de 2024, o programa BNDES Azul, que financia iniciativas que promovam o desenvolvimento nacional no espaço marinho e costeiro. Em 2025, criamos o BNDES Cidades Resilientes, com apoio técnico e crédito reembolsável para que estados e municípios elaborem e executem projetos estruturantes de adaptação climática. Com orçamento recorde de R\$ 11,2 bi em 2025, o Fundo Clima vem financiando ações estruturantes de mitigação e adaptação, como usinas solares, plantas de biometano, aterros com redução de metano e reflorestamento na Amazônia, além de investimentos que promovam a descarbonização da economia brasileira.

O BNDES lidera, portanto, a mobilização de recursos e a criação de instrumentos financeiros inovadores à transição climática, com escala e impacto, sem jamais alienar-se do desafio civilizatório da inclusão social.

RE: Como o BNDES está atuando junto ao Governo Federal para apoiar as empresas afetadas pelo tarifaço de Trump?

AM: O cenário de incertezas e eventos disruptivos de diferentes origens, como as enchentes no Rio Grande do Sul e a política tarifária agressiva

dos Estados Unidos, reafirmam a importância do BNDES como principal instrumento de execução da política de investimentos do Governo Lula.

Em 2024, diante das enchentes no Rio Grande do Sul, destinamos cerca de R\$ 39 bilhões em aprovações de crédito ao estado, além de garantias (FGI-PEAC Crédito Solidário RS) e suspensão de pagamentos (stadstill) aos clientes locais, ambos somando R\$ 10 bilhões. Nesse contexto, aumentamos em seis vezes a velocidade de aprovação de crédito para o Rio Grande do Sul.

Em 2025, assumimos o grande compromisso de atuar como agente financeiro do Plano Brasil Soberano, que conta com um crédito incentivado da ordem de R\$ 30 bilhões com recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões do próprio BNDES. A iniciativa faz parte de um conjunto de medidas emergenciais para mitigar os efeitos econômicos e sociais decorrentes das restrições comerciais impostas pelos EUA, principalmente para minimizar os impactos diretos às empresas exportadoras brasileiras.

Dentre as hipóteses de financiamento, estão previstos: i) capital de giro; ii) aquisição de bens de capital ou investimento para adaptação da atividade produtiva; iii) investimentos que propiciem adensamento da cadeia produtiva com vistas à ampliação das exportações e à abertura de novos mercados; e iv) investimento em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos para ampliação das exportações e a abertura de novos mercados. Quem contratar o financiamento deverá assumir o compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos. O Ministério da Fazenda poderá fazer outras exigências alternativas caso haja demissões. Se o contratante não cumprir os compromissos, poderá perder o benefício da taxa de juros prevista para o financiamento.

RE: O BNDES voltou a ocupar um papel de protagonismo em políticas públicas, com retomada de financiamentos e parcerias estratégicas. Quais foram os movimentos (sobretudo institucionais) que tornaram possível essa reconfiguração e que aprendizados foram incorporados a este novo momento do Banco?

AM: Para incorporar novos instrumentos em linha com o protagonismo do BNDES enquanto executor de políticas públicas, foi necessário reconstruir e fortalecer a nossa capacidade institucional. Após 12 anos, realizamos concurso e, pela primeira vez na história, reservamos uma cota de 30% para pessoas negras. Essa medida é fundamental para promover o desenvolvimento diverso e inclusivo, buscando corrigir a distorção que existe entre o percentual de negros no nosso corpo funcional e na sociedade brasileira. Aumentamos também, de 5% para 15%, o percentual de vagas para pessoas com deficiência.

Temos clareza a respeito da necessidade de incorporar no arranjo institucional e operacional do BNDES justamente os novos temas estratégicos para nossa atuação. Um exemplo recente é a criação da Área de Enfrentamento de Eventos Climáticos Extremos e Gestão do Fundo



Em 2024, diante das enchentes no Rio Grande do Sul, agimos prontamente e destinamos cerca de R\$ 39 bilhões em aprovações de crédito ao Estado, além de garantias e suspensão de pagamentos aos clientes do Estado [...]."

Rio Doce para coordenar ações e preparar a instituição para crises correlacionadas. Essa medida reforça o papel do Banco no desenvolvimento sustentável, sendo responsável pela gestão do Fundo Rio Doce, que visa reparar os danos do rompimento da barragem de Mariana (MG).

RE:- De que maneira o BNDES pode contribuir para uma nova arquitetura do desenvolvimento nacional, de forma coordenada com outros órgãos do Estado? Dentro deste conceito, qual o papel dos programas estruturantes como o Novo PAC, o Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica?

AM: A partir dos seus instrumentos e da capacidade técnica do seu corpo funcional, o Banco tem o papel de potencializar os resultados das políticas públicas. Fazemos um acompanhamento

detalhado e transparente de como a instituição contribui direta e indiretamente para a estratégia e políticas associadas e, recentemente, identificamos 40 políticas e diretrizes governamentais que apresentam vinculação com a Estratégia do BNDES, para o período de 2025 e 2029. Esse documento está disponível no nosso site (“Conexões e Contribuições para Políticas Públicas”).

Para enfrentarmos os diversos desafios do nosso tempo é necessário implementar iniciativas a partir da mobilização de um conjunto de atores. Nesse contexto, a revalorização das instituições brasileiras (como o BNDES) e o planejamento estratégico ganham muita importância. É necessário potencializar a efetividade e a eficácia das ações, a coordenação de esforços e a troca de experiências para identificar as melhores formas de atuação, assim como mobilizar funding adequado para que o Banco desempenhe suas funções.

Diante das mudanças na geopolítica mundial, nós vimos a retomada do ativismo das políticas industriais, buscando estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico, criando capacidade de produzir e inovar. No âmbito do Nova Indústria Brasil, temos um conjunto de ações e instrumentos financeiros que dá concretude à estratégia de neointustrialização: é o chamado Plano Mais Produção, que conta com o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa, o Finep, a Embrapii, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

Quando no lançamento do NIB, nossa meta inicial era de R\$ 259 bilhões para apoiar projetos de neointustrialização, com foco em inovação, digitalização, sustentabilidade, exportação e produtividade. Esse objetivo foi ampliado para R\$ 300 bilhões até 2026, sendo que já cumprimos com cerca de 80% do total de recursos que será mobilizado pelo Banco, alcançando a marca de R\$ 238 bilhões em aprovações.

No âmbito do Plano de Transformação Ecológica, para estimular investimentos que melhorem o meio ambiente e reduzam desigualdades, uma das principais fontes de financiamento será o Fundo Clima – no qual o BNDES é agente operador na aplicação dos recursos reembolsáveis. Recentemente nós alcançamos o marco de R\$ 12,3 bilhões de 2023 a 2025, superando a soma de toda a série histórica.



No âmbito do Novo PAC, que pretende modernizar a infraestrutura do País, os investimentos totais do programa alcançam cerca de R\$ 1,7 trilhão, sendo em torno de: (i) R\$ 370 bilhões do Orçamento Geral da União; (ii) R\$ 610 bilhões do setor privado; (iii) R\$ 340 bilhões de empresas estatais, notadamente a Petrobras; e (iv) R\$ 440 bilhões de bancos públicos, dos quais o BNDES deverá contribuir com R\$ 270 bilhões. A maior parte dos investimentos (R\$ 1,3 trilhão) está prevista para o período de 2023 a 2026, sendo os cerca de R\$ 400 bilhões restantes para 2027 em diante.

O Novo PAC também inclui um conjunto de medidas institucionais que contribuem para a expansão sustentada dos investimentos. A maioria das ações do Banco está em expansão de crédito e incentivos econômicos, e aprimoramento dos mecanismos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs). Temos reforçado nossa atuação na estruturação de PPPs de infraestrutura social e ambiental por meio da simplificação para a contratação de estudos técnicos para a estruturação de concessões e parcerias, possibilitando contratação por colação e remuneração do BNDES via ressarcimento automático pelo Fundo Nacional de Desestatização (FND).

RE: O senhor afirmou que o diálogo entre política monetária e política industrial no Brasil precisa ser repactuado. Como o BNDES pode atuar como agente facilitador nesse processo, garantindo que as decisões de política monetária estejam alinhadas com os objetivos de crescimento econômico e sustentabilidade industrial do País?

AM: Reconhecemos que é necessário avançar na diversificação produtiva e na agregação de valor do que é produzido pelo Brasil. O mundo hoje vive uma nova onda de políticas industriais, não apenas no debate teórico, mas particularmente a partir da implementação de uma série de estratégias que partem do diagnóstico de que é preciso criar (ou reconstruir, como no caso americano) capacidade produtiva e inovativa para fazer frente aos diferentes desafios climáticos, sociais e geopolíticos. Isso só é possível a partir da mobilização de um conjunto de atores, com ações coordenadas (entre setores público e privado, inclusive) e planejamento estratégico. Esse

não pode ser um compromisso de apenas alguns atores mais diretamente envolvidos com o desenvolvimento produtivo.

Nós temos hoje, sob a liderança do vice-presidente Geraldo Alckmin, uma nova política industrial. O Nova Indústria Brasil parte do reconhecimento de que os problemas socioambientais são o foco, não a indústria em si. Isso significa que não é um olhar simplório para a indústria farmacêutica, por exemplo, mas sim para a necessidade de produzir insulina no País. De ter vacina para as crianças que estão sofrendo com bronquiolite.

Os números do BNDES no âmbito do NIB são impressionantes. Em 2024, os financiamentos do Banco para a indústria superaram os do agronegócio, algo que não ocorria desde 2017. No suporte à inovação, por exemplo, alcançamos um marco histórico, com apoio recorde desde 1995. De 2023 a 2025, nós aprovamos R\$ 20,2 bilhões – o que supera a soma dos oito anos anteriores (R\$ 17,7 bilhões). Outro recorde está nas aprovações às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs): de 2023 a 2025, superou a soma dos cinco anos anteriores.

Em 2024 o Brasil subiu 20 posições no ranking mundial da indústria de transformação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), passando do 45º para o 25º lugar. Este é o melhor resultado ao menos desde 2019. Houve também uma melhora no faturamento das empresas e uma ampliação dos ganhos para os trabalhadores. Em 2024, a indústria de transformação teve o melhor faturamento em 14 anos, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI); ao mesmo tempo, foram criados cerca de 307 mil empregos formais no setor e a massa salarial aumentou 3%.

Mas, recentemente, a alta taxa básica de juros tem sido um grande obstáculo para uma maior expansão da indústria. No início de setembro, a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que o setor industrial caiu 0,2% em julho, na comparação com junho, mantendo um desempenho predominantemente negativo desde abril, período em que acumulou perda de 1,5%. Uma política monetária mais restritiva encarece o crédito, eleva a inadimplência e afeta negativamente as de-

cisões de consumo e investimento. A taxa Selic como está hoje estimula aplicações financeiras, em lugar de investimentos produtivos. Essa medida tende a desacelerar ainda mais a atividade econômica, refletindo na geração de empregos e renda das famílias.

RE: Como o Banco está promovendo o desenvolvimento regional sustentável em regiões historicamente marginalizadas?

AM: Nesta gestão, fortalecemos nossa missão institucional de promover o desenvolvimento regional e ampliamos significativamente as aprovações de crédito para regiões historicamente marginalizadas. Ao impulsionar investimentos verdes e estruturantes, o Banco mostra que é possível realizar a transformação ecológica, com produção de energia limpa e estímulo à descarbonização, promovendo o desenvolvimento regional.

O maior volume já financiado na história do BNDES para geração renovável é de um projeto eólico na Bahia. Esta operação de R\$ 3,2 bilhões irá gerar energia para mais de um milhão

de lares. São dois complexos eólicos e um solar, assim como as linhas de transmissão associadas, na Bahia e em Minas Gerais. Somando 1,5 GW em capacidade instalada, os investimentos totais alcançam R\$ 10,6 bilhões. Assim, o Banco impulsiona o Brasil como um protagonista relevante na expansão global de fontes renováveis.

Outra iniciativa que muito nos orgulha é o Sertão Vivo. Lançado em julho de 2023, foi ampliado pelo BNDES de modo a contemplar todas as unidades federativas da região, chegando a R\$ 1,8 bilhão, em uma parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo é fomentar a adoção de tecnologias de captação, armazenamento e reuso da água; diversificação da produção agrícola, com aumento da produtividade e restauração de biomas; aumento da capacidade de resistir aos eventos de seca; e redução da emissão de gases de efeito estufa. Com o apoio financeiro composto de uma parcela de recursos reembolsáveis (aproximadamente R\$ 1,5 bilhão) e não reembolsáveis (R\$ 300 milhões, doados), essa iniciativa beneficia cerca de 500 mil famílias.

Foto: Miguel Ângelo/CNI/Direitos reservados

“

**De 2023 a 2025,
aprovamos R\$
20,2 bilhões
para inovação –
superando a soma
dos oito anos
anteriores.”**

BNDES

O BNDES Periferias reúne diversas atividades vinculadas ao apoio a periferias urbanas e sua população, trazendo um novo olhar para a diversidade e redução das desigualdades. Além da chamada permanente de projetos, organizada em ciclos de seleção de propostas, a iniciativa contempla a possibilidade de apoio por meio de editais com finalidades mais específicas. Como exemplo, este ano nós lançamos o BNDES Periferias Verdes, que apoia iniciativas de recuperação, conservação e preservação ambiental com foco na inclusão produtiva.

RE: Como o BNDES está incorporando critérios ESG nas suas análises de crédito e investimento?

AM: Desde 2011 o BNDES classifica suas operações conforme as contribuições para objetivos ambientais. A partir de 2024 aprimoramos a classificação das operações diretas, permitindo que cada operação seja associada pelas equipes operacionais a esses objetivos, conforme as suas características. Essa abordagem nos permite classificar com mais detalhes o impacto ambiental e climático dos projetos, incentivando práticas sustentáveis e alinhadas aos desafios globais de desenvolvimento sustentável. Nesta revisão da Taxonomia de Sustentabilidade, toda a ação da instituição foi revista frente às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, permitindo uma melhor apuração dos esforços direcionados



**No primeiro semestre de 2025,
o Fundo Amazônia aprovou
R\$ 1,2 bilhão – o melhor
desempenho de sua história."**



à inclusão e ao combate à desigualdade. Temos o “Painel ODS - nossa contribuição para a Agenda 2030”, no qual são apresentadas de forma integrada as aprovações de operações relacionadas, de modo a permitir uma melhor compreensão de como o apoio financeiro do Banco contribui para essa agenda.

A transparência tem sido reconhecida nacional e internacionalmente. Temos um índice de inadimplência bem próximo de zero, dados os rigorosos critérios de aprovação de crédito. O BNDES é a estatal não dependente mais transparente da República, reconhecido com o nível mais alto no ranking da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e 100% de cumprimento nos itens de transparência ativa segundo a Controladoria Geral da União (CGU).

Nosso relatório segue o modelo integrado (IFRS Foundation) e responde a indicadores de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), retratando como a instituição gera valor em curto, médio e longo prazo e seus principais impactos econômicos, sociais e ambientais. Ele também incorpora o Relatório de Gestão, conforme exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a prestação de contas anual da instituição.

Nossa governança é composta por regras e padrões de gestão criteriosos e envolve o relacionamento entre instâncias internas, como Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (Cofis), Comitê de Auditoria (Coaud) e demais comitês; e externas, como Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RE: O Fundo Amazônia está novamente ativo. Como o BNDES está gerindo esse recurso e garantindo sua efetividade?

AM: O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+). Além das iniciativas para preservação, o Fundo Amazônia também investiu nos últimos anos em ações de monitoramento, comando e controle, e promoveu projetos

com as corporações dos Corpos de Bombeiros dos estados da Amazônia Legal para o combate e prevenção de incêndios florestais. Recentemente, passou a apoiar a implementação da política de manejo integrada do fogo, abrangendo ações de prevenção e combate aos incêndios nos estados nas fronteiras da Amazônia – nos biomas Pantanal e Cerrado.

Este ano o Fundo completou 17 anos de existência e as iniciativas são bastante diversificadas, envolvendo o apoio a municípios, estados, União, universidades e entidades do terceiro setor. No acumulado de 2009 até junho de 2025, foram aprovados R\$ 5,6 bilhões para 133 projetos e já desembolsados R\$ 2,7 bilhões para executá-los, em valores corrigidos pela inflação. No primeiro semestre de 2025 foram aprovados recursos que somam cerca de R\$ 1,2 bilhão. É o melhor desempenho semestral da história do Fundo. O resultado é superior ao valor aprovado em 2024 e representa o dobro do volume de recursos aprovados em 2023, quando o Fundo Amazônia foi retomado.

O Fundo também ampliou os desembolsos, com entregas distribuídas em diferentes regiões da Amazônia Legal e voltadas a temas estratégicos, como combate ao desmatamento, inclusão produtiva e social e geração de renda para comunidades tradicionais. Por meio de seus parceiros, os recursos e o impacto do Fundo Amazônia chegam a populações que não teriam condições de acessar diretamente os recursos – como algumas comunidades quilombolas, organizações indígenas, extrativistas e agricultores familiares.

Isso mostra que o Fundo Amazônia entrou em um novo ciclo, com mais ritmo, capilaridade e impacto real na ponta. Os projetos aprovados têm grande escala e profundidade territorial. O Fundo Amazônia é hoje um pilar fundamental da política ambiental brasileira e prova que é possível conciliar governança, escala e ação concreta.

RE: O senhor mencionou recentemente que o Brasil possui vantagens únicas, como vastas reservas minerais, matriz energética limpa e neutralidade geopolítica, que capacitam o País a liderar a agregação de valor na mineração de forma

sustentável. Quais são os principais desafios e oportunidades para o protagonismo brasileiro na cadeia global de minerais críticos?

AM: O Brasil está bem-posicionado para produzir e suprir o mercado mundial com materiais e componentes críticos sustentáveis de baixo carbono. Nós possuímos um grande conjunto de projetos de classe mundial para produção de minerais críticos, um sistema consolidado de licenciamento ambiental e uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Somos também um grande produtor de biocombustíveis e temos uma matriz elétrica integrada com mais de 93% de renovabilidade.

A instalação ou modernização de plantas de refino e manufatura no Brasil compõe a estratégia de diversas empresas não só de mineração, por exemplo, para produtos de lítio, terras raras, grafite, níquel e cobre, entre outros, mas também de grandes empresas da indústria de transformação, como WEG, CBMM, Randon e Stellantis.

Recentemente lançamos a Chamada de Transformação de Minerais Estratégicos para Transição Energética e Descarbonização. A chamada teve o objetivo de fomentar Planos de Negócio que contemplem investimentos em capacidade produtiva e pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para transformação de minerais estratégicos e obtenção de materiais transformados ou produtos manufaturados para a transição energética e descarbonização. Foram submetidas 124 propostas de planos de negócios até a data-limite, somando um valor total de R\$ 85,2 bilhões em investimentos nos anos de 2025 a 2030. Destes, 56 planos de negócios foram selecionados, perfazendo um valor total de R\$ 45,8 bilhões.

Temos alguns desafios para viabilização dos investimentos, especialmente no que diz respeito aos riscos de tecnologia e à capacidade de financiamento de empresas júnior de mineração, que são responsáveis pela maior parte dos projetos de minerais estratégicos em todo mundo. Além disso, trata-se de mercados concentrados e com alta volatilidade de preços.

RE: Que legado o senhor espera deixar à frente do BNDES no que diz respeito ao financiamento do desenvolvimento sustentável? Quais são

os principais desafios para tornar a economia brasileira mais verde e qual é o papel do BNDES neste processo?

AM: O Banco hoje lidera a mobilização de recursos e a criação de instrumentos financeiros inovadores



O BNDES lidera a mobilização de recursos e a criação de instrumentos financeiros inovadores à transição climática."



vadores para transição climática, com escala, impacto e inclusão. O Fundo Clima, por exemplo, é uma inovação que pode ser replicada para outros países. Com uma emissão de título sustentável no mercado internacional, garantida pelas reservas cambiais do país, o Governo Lula foi capaz de criar um dos maiores fundos climáticos do mundo.

Além da atuação na prevenção de eventos climáticos extremos, estamos presentes no apoio emergencial para mitigar os efeitos de desastres climáticos ou tragédias ambientais. O Programa BNDES Cidades Resilientes é um excelente exemplo, promovendo suporte técnico e crédito reembolsável para que estados e municípios elaborem e executem projetos estruturantes de adaptação climática. Essa iniciativa reforça nosso suporte à promoção de infraestrutura urbana resiliente, aliando justiça climática, transição ecológica e inclusão.

Historicamente, o Banco tem um papel de liderança no campo da transição energética. Nesta gestão, essa ação foi impulsionada para novas áreas estratégicas, como biocombustíveis avançados (combustível sustentável de aviação e biocombustível marítimo). Na área de mineração estratégica, a instituição vem posicionando o Brasil como plataforma industrial da transição energética global, promovendo uma mineração de menor impacto e a transformação local de minerais estratégicos como lítio, terras raras, grafite e níquel. Dessa forma, a atuação do BNDES conecta soberania mineral, industrialização verde e inserção internacional, articulando esse eixo ao fortalecimento de cadeias produtivas verdes e à missão climática do país.

Outro campo fundamental é o da transição para um agro de baixo carbono, com foco em tecnologias regenerativas, controle do desmatamento ilegal e inclusão produtiva. Em 2024 destinamos mais de R\$ 52 bilhões ao crédito rural, priorizando práticas como integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), bioinsumos, irrigação eficiente e recuperação de pastagens. Desde 2023, usamos o MapBiomas Alerta para bloquear pedidos com indícios de desmatamento ilegal, evitando a liberação de R\$ 728 milhões em crédito com risco socioambiental.

Também nos posicionamos como liderança internacional em ações para conservação e restauração da biodiversidade brasileira. O BNDES vem promovendo uma série de iniciativas para a bioeconomia inclusiva e regenerativa na Amazônia, com foco em restauração florestal, créditos de carbono de alta integridade e valorização da sociobiodiversidade. Essa é uma das marcas desta gestão que, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, busca promover a recuperação de vegetação nativa na Amazônia Legal, transformando o “arco do desmatamento” no “arco da restauração”.

O Banco também tem participado ativamente de atividades para o recebimento da COP30 na cidade de Belém, com objetivo de contribuir com um legado para a cidade, apoiando projetos de urbanização integrada de áreas periféricas de alta vulnerabilidade social, visando à inclusão social e à resiliência ambiental.

RE: O BNDES foi homenageado pelo sistema Co-fecon/Corecons com o Prêmio Brasil Economia Destaque Técnico. Como recebeu este prêmio e qual a sua importância?

AM: Muito nos orgulha o reconhecimento que temos obtido junto à sociedade. Especialmente, o reconhecimento dos economistas por meio das suas entidades representativas é salutar, levando em conta a ampla consulta realizada junto à categoria. Isso mostra um reposicionamento do Banco na sociedade brasileira, com o amplo reconhecimento da sua importância enquanto uma instituição de excelência que cumpre com a sua missão institucional.

O BNDES é o maior banco de desenvolvimento das Américas, o que não o impediu de sofrer graves ameaças à sua existência nos governos anteriores, marcados pelo autoritarismo e por retrocessos. Da mesma forma que a história do nosso país se confunde com a história da instituição, só será possível vislumbrar um futuro mais inclusivo e ambientalmente sustentável se ele permanecer presente e atuante. Esse é o nosso compromisso: um BNDES que honra a sua história e pavimenta o futuro do nosso país, sem deixar ninguém para trás.

Economia e Desenvolvimento na Linha de Defesa:

resiliência urbana diante do risco climático para proteger pessoas, empregos e investimentos

POR JANINE DA SILVA ALVES BELLO

Sem incorporar prevenção e gestão de riscos aos Planos Diretores, os municípios continuarão pagando caro em vidas, empregos e destruição de infraestrutura — com o risco de ver o desenvolvimento econômico de regiões inteiras escoar água abaixo. O custo da prevenção pode ser até dez vezes menor do que o custo da omissão e da reconstrução.

Eventos climáticos extremos não pertencem ao futuro — eles fazem parte do presente. A oscilação entre enchentes e secas provoca prejuízos, paralisa cadeias produtivas e serviços essenciais. Essas consequências não são só fatalidades, mas também resultado de decisões econômicas, omissões políticas e falhas no planejamento urbano ao longo de décadas.

Entre 2013 e 2024, os desastres climáticos custaram R\$ 732 bilhões às cidades brasileiras, dos quais R\$ 92,6 bilhões somente em 2024 — valores subestimados, pois menos da metade dos municípios registram seus danos no sistema S2iD, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios. Nesse período, os decretos de emergência e calamidade pública cresceram 64%, afetando mais de 473 milhões de pessoas e registrando 2.978 óbitos. As regiões Sudeste e Sul concentram mais de 75% das perdas humanas.

No Brasil, com infraestrutura dependente de modais frágeis, cada interrupção de estrada, queda de ponte, porto ou rede elétrica danificados implica em horas, dias ou meses de paralisação produtiva — impactos econômicos significativos,

mas “invisíveis” nos indicadores. O desequilíbrio ambiental não é natural. O desmatamento e queimadas na Amazônia alteraram o ciclo de chuvas e dos “rios voadores”, prejudicando o fluxo de águas pelo Brasil, ora pelo excesso, ora pela falta que afeta as regiões responsáveis por mais de 75% do PIB nacional. A Floresta Amazônica atua como uma reguladora climática de grande escala, influencia o regime de chuvas e os períodos de seca. O que acontece na Amazônia afeta o Brasil.

O papel da economia na prevenção

O economista não pode ser espectador do caos, mas deve identificar, mensurar e traduzir em termos de custo-benefício a importância de investir em infraestrutura resiliente. A quantificação de perdas e ganhos é essencial para influenciar políticas públicas, orientar decisões empresariais e justificar medidas preventivas que, em um primeiro momento, podem ser vistas como dispendiosas, mas que, a médio e longo prazo, representam economia para o setor público e privado.



Em um contexto de crise climática, análises técnicas deixam de ser apenas estudos de viabilidade e passam a ser ferramentas estratégicas de sobrevivência econômica. Isso envolve considerar o custo de inação (perdas potenciais por ausência de medidas efetivas) e o retorno sobre o investimento preventivo. Estudo do World Resources Institute (WRI) aponta que cada dólar investido em prevenção pode gerar entre US\$ 4 e US\$ 7 em economia com reconstrução, realocação de comunidades, recuperação de infraestrutura e mitigação de perdas de produtividade.

A análise econômica da prevenção deve incluir os impactos positivos, como a criação de empregos qualificados na execução de obras de adaptação, fortalecimento de setores ligados à inovação tecnológica e à engenharia ambiental, redução dos custos de seguros e maior atratividade para investimentos externos, especialmente em um cenário em que financiamentos internacionais e agências multilaterais priorizam projetos alinhados a critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A literatura econômica reforça que prevenção não é despesa — é investimento com alto retorno social e econômico. O desafio está em internalizar essa lógica no orçamento público, nas decisões corporativas e, sobretudo, na atuação dos gestores em todas as esferas de poder, superando a cultura reativa que prioriza a resposta ao desastre em vez de ações de mitigação.

O investimento em prevenção e segurança gera benefícios diretos para a sociedade e para os ativos públicos e privados, especialmente para evitar danos cumulativos e efeitos em cadeia que comprometam o consumo, o investimento e a competitividade regional. Desde o Relatório Stern (*The Economics of Climate Change*, 2006), encomendado pelo governo britânico e liderado por Nicholas Stern, a crise climática passou a ser traduzida de forma sistemática para a linguagem de custos e perdas econômicas.

O estudo apresenta um diagnóstico econômico contundente: os custos da omissão podem ser até dez vezes superiores aos custos da ação, podendo representar perdas de 5% a 20% do PIB mundial ao ano, enquanto as ações preventivas exigiriam apenas 2% do PIB mundial. Investir em mitigação e adaptação é mais vantajoso do que arcar com as despesas, compensações e perdas de produtividade.

Planejamento urbano sob pressão

A aprovação da Política Nacional de Infraestrutura Resiliente, em 2024, representou um avanço institucional importante. A lei estabelece diretrizes para que obras e serviços públicos incorporem critérios de adaptação climática, prevendo, inclusive, obrigações para o setor privado em concessões e parcerias. Mas a eficácia dessa política depende de sua aplicação prática, especialmente nos municípios.

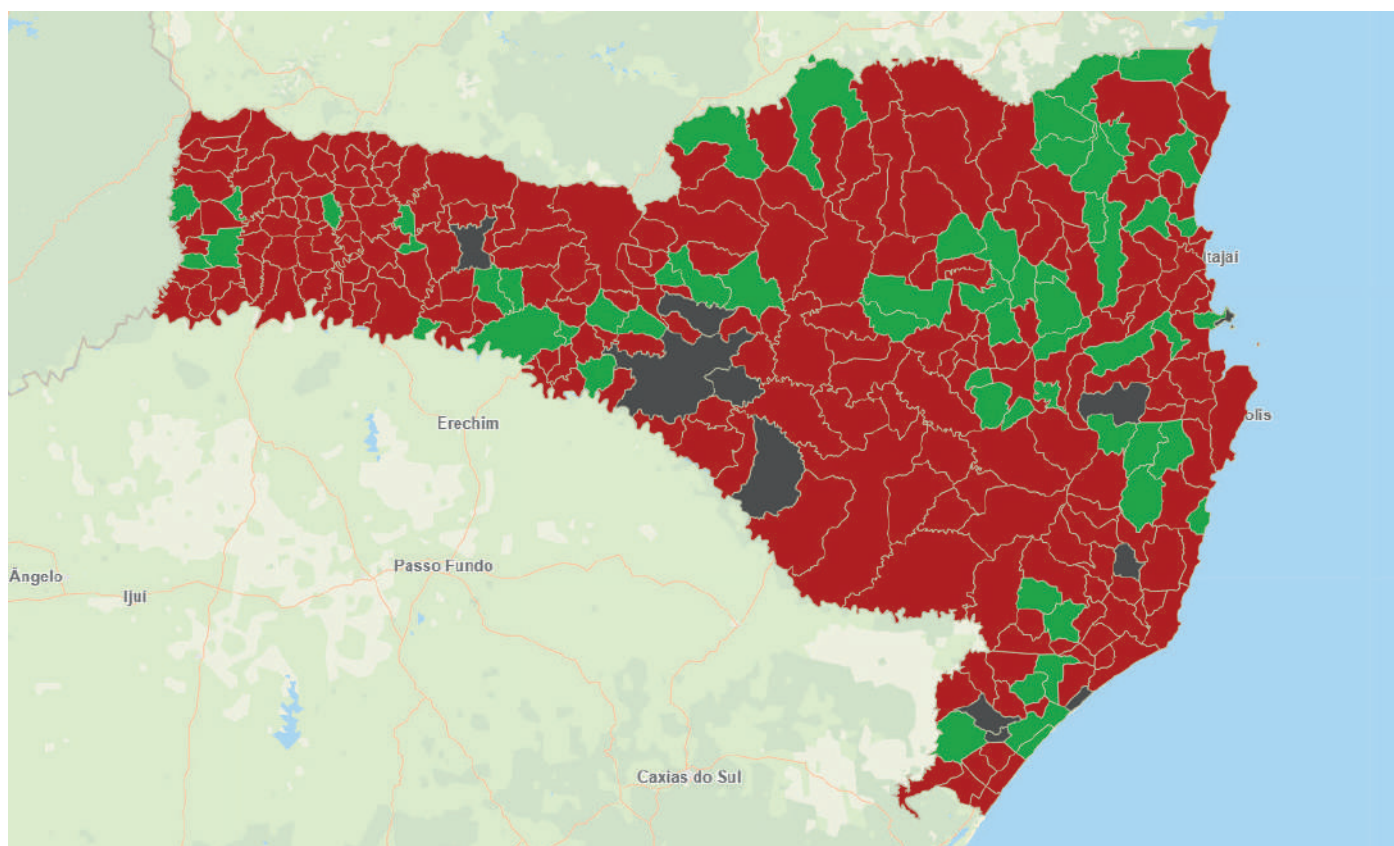


O investimento em prevenção e segurança gera benefícios diretos para a sociedade e para os ativos públicos e privados, especialmente para evitar danos cumulativos e efeitos em cadeia que comprometam o consumo, o investimento e a competitividade regional."

O Plano Diretor, previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), é a principal ferramenta para integrar resiliência ao planejamento urbano. Ele deve deixar de ser um documento formal engavetado e passar a orientar decisões reais sobre uso e ocupação do solo, zoneamento, drenagem, mobilidade e proteção ambiental. Sem essa integração, qualquer avanço legislativo se perde no caminho entre Brasília e o município.

Em Santa Catarina, a realidade revela essa lacuna. O Artigo 42 do Estatuto da Cidade determina que planos diretores de municípios com áreas de risco contendam diretrizes para prevenção de desastres, incluindo mapeamento detalhado, ações preventivas, obras de drenagem, regras para ocupação do solo e preservação de áreas verdes. O levantamento do TCE-SC (2024) mostra que apenas 20% dos municípios catarinenses cumprem integralmente a exigência, enquanto 76% estão em desconformidade (Figura 1).

Figura 1 – Plano Diretor: observância do art. 42-A da Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) nos municípios de Santa Catarina



Fonte: Painel de Transparência do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC)

A maioria dos planos diretores não incorporam mapas atualizados de áreas de risco, não vinculam restrições de uso do solo à realidade geotécnica e hidrológica local e carecem de planos de redução de riscos. Isso perpetua ocupações irregulares em encostas e várzeas e amplia a exposição da população a inundações e deslizamentos. E a execução orçamentária em prevenção é insuficiente: em 2024, menos de 1% do orçamento da Defesa Civil estadual foi aplicado em mitigação.

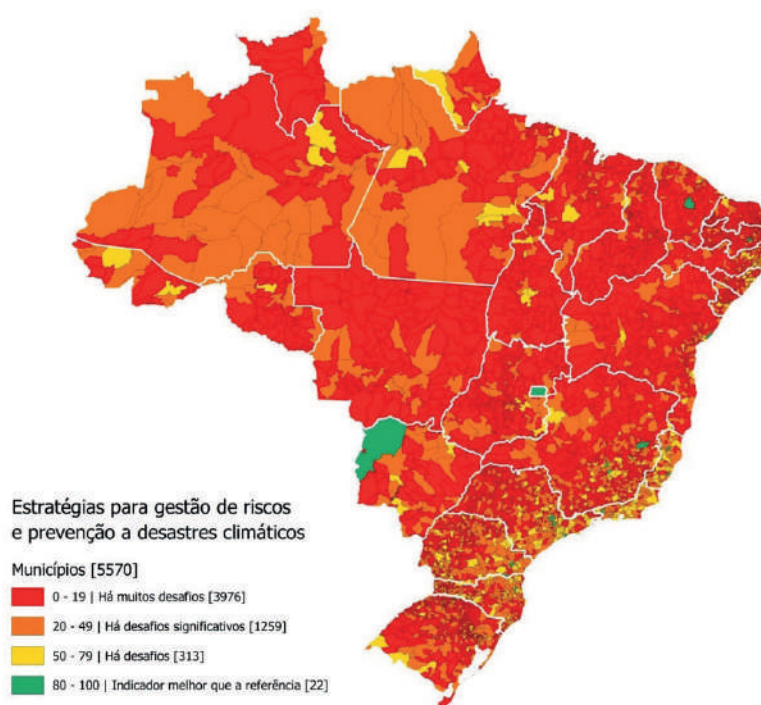
A legislação sem ação condena os municípios. Não basta ter leis: é preciso garantir a fiscalização rigorosa, a capacitação técnica, a integração eficaz entre políticas urbanísticas e ambientais e a execução orçamentária compatível com o nível de risco. É urgente que os Planos Diretores incorporem de forma integral as diretrizes do Art. 42 do Estatuto da Cidade, com medidas para prevenir desastres e reduzir vulnerabilidades. Sem isso, os municípios de Santa Catarina — e, por extensão,

outros municípios do Brasil — permanecerão expostos a eventos extremos e com perdas que se medem em vidas, investimentos, empregos e infraestrutura.

A lição que o Brasil ainda não aprendeu

Dados da Pesquisa Nacional sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, realizada pelo Instituto Cidades Sustentáveis em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2024, mostram que 94% das 5.570 cidades brasileiras têm menos da metade das 25 estratégias recomendadas para gestão de riscos e prevenção de desastres (Figura 2). Poucas contam com planos diretores ou leis de uso do solo que integram ações de prevenção de enchentes e enxurradas, ou ainda com mapeamentos de áreas de risco. É baixa a presença de programas habitacionais voltados à realocação de famílias de baixa renda em áreas vulneráveis, ao mesmo tempo em que a ausência de fiscalização eficaz permite novas ocupações em locais inseguros, ampliando a exposição da população a tragédias recorrentes.

Figura 2 – Gestão de riscos e prevenção a desastres climáticos no Brasil



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis/Pesquisa Nacional sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), maio de 2024.

A fragilidade institucional reflete na carência de planos municipais de redução de riscos e de contingência, o que impõe restrições na capacidade de resposta rápida e coordenada diante de emergências. Sem esses instrumentos, as ações permanecem pontuais e reativas, aumentando o custo humano, social e financeiro dos desastres. O levantamento feito na pesquisa revela a gravidade da situação: 3.976 municípios aparecem em vermelho, no nível mais baixo de preparação (0 a 19 pontos); 1.259 em laranja (20 a 49 pontos); 313 em amarelo (50 a 79 pontos); e apenas 22 em verde (80 a 100 pontos), com indicadores acima da referência. A predominância do vermelho evidencia a vulnerabilidade generalizada no país e reforça a necessidade de tratar a gestão de riscos não apenas como questão ambiental, mas como prioridade de política pública e apoio ao desenvolvimento econômico.

A lógica reativa: agir depois do desastre

A redução no orçamento do Programa de Gestão de Risco a Desastres destinado a obras de prevenção e mitigação comprova que o país continua operando sob uma lógica reativa. Reconstruir é mais caro que prevenir; recuperar a confiança dos investidores e consumidores leva tempo; e as marcas sociais de um desastre — desemprego, pobreza, insegurança alimentar — perduraram muito além da fase de emergência.

A análise dos dados orçamentários da União para 2015–2025 confirma esse cenário. A Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 prevê cortes expressivos: R\$ 200 milhões a menos em relação a 2024 no Programa de Gestão de Risco a Desastres; redução de 86% para estudos e obras de contenção de cheias e inundações; 76,7% para obras de redução de desastres; e 20,6% para contenção de encostas.

A ausência de investimentos adequados envolve tanto a prevenção quanto a resposta. Segundo o Greenpeace Brasil (2025), cerca de 80% dos municípios brasileiros não possuem sistemas de alerta antecipado, o que eleva a mortalidade e amplifica o impacto social e econômico dos eventos extremos. Estudos de caso mostram que a falta de monitoramento e de protocolos de evacuação está diretamente associada ao número de vítimas em desastres recentes.

O problema vai além da gestão orçamentária: é uma questão de economia pública. O subfinanciamento das ações preventivas cria um ciclo de dependência de medidas emergenciais — mais caras, menos eficientes e com impactos prolongados sobre a economia e a vida das pessoas.

Quando o planejamento urbano ignora a prevenção a desastres, não é a natureza que falha — é a gestão pública que coloca vidas, cidades e a economia em risco.

Impacto econômico

Os desastres climáticos afetam múltiplos setores. No agronegócio, secas prolongadas causam perdas de safras, pressionaram os preços dos alimentos e impactaram diretamente a inflação, influenciando a política econômica e a taxa básica de juros (Selic) atualmente em 15%. O efeito das mudanças climáticas se propaga por toda a economia, reduzindo o poder de compra das famílias e freando a expansão das empresas e o dinamismo dos serviços.

Na indústria, enchentes interrompem a produção e desorganizam cadeias logísticas, gerando perdas e elevação de custos. No comércio, o fechamento temporário compromete fatura-

“

Quando o planejamento urbano ignora a prevenção a desastres, não é a natureza que falha — é a gestão pública que coloca vidas, cidades e a economia em risco.”





A economia deve estar no centro da solução – e não da crise."

mentos e resulta em demissões. Em Santa Catarina, episódios recentes de chuvas intensas bloquearam o acesso a portos e o fluxo de exportações. No Rio Grande do Sul, a terceira maior enchente da história, em 2025, mais uma vez desarticulou a economia e exigiu aportes emergenciais bilionários, realidade que se estende por outros estados.

A adaptação climática deve ser entendida como uma agenda de competitividade. Empresas que investem em infraestrutura e processos resilientes protegem ativos e fortalecem a avaliação junto aos financiadores. Estados e municípios que priorizam resiliência transmitem segurança operacional e previsibilidade, tornando-se mais atrativos para investimentos.

Essa abordagem precisa ocupar o centro das decisões econômicas. A economia do clima não é um nicho — é um eixo estruturante do desenvolvimento, capaz de gerar empregos, atrair capital e proteger a base produtiva do país. Como demonstram os modelos de economia do clima, o custo marginal da prevenção e da segurança é benéfico, especialmente quando contribui para evitar danos e efeitos em cadeia sobre consumo, investimento e competitividade regional.

Conclusão: economia como protagonista

A crise climática é um problema econômico, social e ético. Cada decisão orçamentária, cada obra licitada, cada política urbana aprovada e cada classificação técnica incluída — ou ignorada — nos Planos Diretores definem se reforçaremos a nossa vulnerabilidade ou nossa segurança. O custo da prevenção é amplamente menor que o preço do colapso — e o tempo para agir está se esgotando.

Nem a economia, nem os economistas podem permanecer como observadores inertes. É preciso compreender as especificações climáticas naturais, mas, sobretudo, identificar onde a ação humana agrava seus impactos — seja pela omissão no cumprimento das leis ambientais ou pela negligência na elaboração e execução dos Planos Diretores por prefeitos, vereadores e pela própria sociedade civil organizada.

Os economistas têm papel central nesse processo. Incorporar variáveis climáticas às projeções, defender a eficiência do gasto preventivo e decisões públicas e privadas não é apenas uma contribuição técnica: é uma responsabilidade estratégica. No fim, cada gráfico, planilha e modelo de análise podem representar a diferença entre a resiliência climática de um país ou colapso anunciado. A economia deve estar no centro da solução — e não da crise.



Janine da Silva Alves Bello

Economista, doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vice-Presidente do Corecon-SC. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Conhecimento, Aprendizagem e Memória Organizacional (UFSC). Colunista do Portal Making Of. Ex-professora da UFSC e da Univali.

A DESCOMPLICANDO A ECONOMIA

Confira a publicação em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral!



Saiba mais!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Políticas Territoriais e Desenvolvimento:

superando desigualdades regionais

POR FABRICIO J. MISSIO

Toda política de desenvolvimento, inclusive as macroeconômicas convencionais — como juros, câmbio ou controle inflacionário — gera efeitos espaciais desiguais. Não existem políticas “neutras” do ponto de vista territorial: ao incidir sobre o tecido produtivo e institucional do país, elas produzem impactos diferenciados em cada região.

Isso ocorre porque os territórios não são homogêneos; variam em base produtiva, infraestrutura, capital humano, institucionalidade e capacidade de adaptação. Assim, políticas mone-

tárias ou fiscais, embora apresentadas como universais e técnicas, operam sobre uma malha territorial que reage de modo assimétrico, muitas vezes ampliando a concentração ou a exclusão.

Do ponto de vista do desenvolvimento, o território não é mero palco, mas agente. Reconhecer essa não-neutralidade espacial é essencial para formular políticas capazes de transformar realidades locais, superar gargalos históricos e promover trajetórias econômicas mais modernas e socialmente justas.



Entendida essa não-neutralidade, é preciso reconhecer que certas regiões tendem a sair perdendo, seja pela menor capacidade de adaptação, seja por condições estruturais desfavoráveis na economia nacional. Daí a necessidade de políticas regionais e locais que não apenas corrijam desequilíbrios e contenham efeitos concentradores, mas também ativem potencialidades próprias de cada território, ampliando sua inserção produtiva e sua capacidade de inovação. O objetivo não é apenas evitar perdas, mas criar oportunidades de desenvolvimento, articulando escalas local, regional e nacional em um processo mais integrado e equilibrado.

Pensar o desenvolvimento regional e local implica revalorizar o papel do Estado na indução de um crescimento territorialmente equilibrado. Isso não significa renunciar à centralização macroeconômica; ao contrário, a formulação nacional de diretrizes deve servir como plataforma para articular políticas territoriais eficazes. O desafio é desenhar políticas que considerem a mobilidade de capital, trabalho e tecnologia e reconheçam a interdependência entre os espaços, evitando tanto o isolamento de territórios quanto a reprodução de assimetrias estruturais.

Nesse contexto, ganha relevância o debate sobre os mecanismos de distribuição de recursos. Destaca-se o protagonismo crescente das emendas parlamentares, muitas vezes vistas como instrumentos de descentralização ou aproximação entre Estado e sociedade. Embora atendam demandas locais, sua lógica fragmentada tende a gerar soluções pontuais e desarticuladas, sem enfrentar as causas estruturais das desigualdades territoriais. Esses mecanismos não substituem a coordenação central; ao contrário, reforçam a urgência de um planejamento nacional que integre prioridades locais em uma estratégia abrangente, sob risco de reduzir a política de desenvolvimento a um conjunto disperso de iniciativas incapazes de alterar o padrão histórico de concentração da economia brasileira.

Em resumo, reconhecer que o espaço importa e que toda política tem efeitos regionais permite adotar uma abordagem que combine equidade territorial e eficiência econômica. O principal desafio é reduzir as desigualdades persistentes entre territórios, que restringem a distribuição balanceada dos benefícios do crescimento e afetam a coesão social. Quando as políticas macroeconômicas convencionais não são suficientes, é necessário avançar com políticas de Estado voltadas especificamente à redução da desigualdade territorial.

Como reduzir as desigualdades entre territórios?

A redução das desigualdades territoriais constitui um dos principais desafios ao desenvolvimento brasileiro, dada a persistente concentração de oportunidades econômicas, sociais e de infraestrutura em determinados polos urbanos e regionais. A experiência nacional e internacional indica que enfrentar tais disparidades exige uma abordagem multidimensional, capaz de articular políticas redistributivas com estratégias de desenvolvimento endógeno e de fortalecimento institucional.

Essa preocupação não é nova no debate brasileiro. Celso Furtado já destacava que o subdesenvolvimento não se explica apenas pela falta de crescimento, mas pela forma desigual como





Reconhecer essas desigualdades históricas e estruturais permite identificar caminhos concretos para reduzi-las.”



a modernização econômica se territorializou, aprofundando disparidades regionais. Para ele, superar essas desigualdades exigia ação deliberada do Estado. Na mesma linha, Wilson Cano mostrou que a concentração industrial e urbana no Sudeste, especialmente em São Paulo, consolidou um padrão de desenvolvimento assimétrico. Outros autores, como Francisco de Oliveira e Maria da Conceição Tavares, enfatizam que políticas econômicas que privilegiam certos setores e regiões reforçam a heterogeneidade estrutural do país. Estudos mais recentes — a exemplo das contribuições de Clélio Campolina e outros colegas do CEDEPLAR/UFGM, bem como de Tania Bacelar, entre outros — reforçam essa perspecti-

va e evidenciam a centralidade da dimensão territorial no debate sobre desenvolvimento.

Reconhecer essas desigualdades históricas e estruturais permite identificar caminhos concretos para reduzi-las. A partir dessa compreensão, diversas iniciativas são reconhecidas como eficazes para promover o desenvolvimento regional, combinando ações que serão detalhadas nos parágrafos seguintes.

Em primeiro lugar, a integração produtiva regional é eixo central para estimular atividades econômicas alinhadas às vocações locais, como a indústria e a agroindústria. Também merecem destaque cadeias frequentemente subvalorizadas, como a agricultura familiar, a pesca artesanal, a fruticultura, a vitivinicultura, a silvicultura sustentável, o turismo e a economia criativa. O fortalecimento dessas atividades depende não apenas da iniciativa local, mas também da ação de instituições públicas e de pesquisa, como a Embrapa e a Conab, os institutos federais de educação tecnológica, as universidades públicas e agências de fomento como o BNDES e a Finep, que articulam conhecimento técnico, crédito e infraestrutura de apoio. Essa estratégia reduz a dependência de transferências fiscais, fortalece cadeias regionais e dinamiza economias periféricas, ampliando sua inserção em mercados mais amplos.

Paralelamente, políticas de crédito e inclusão financeira têm sido decisivas para reduzir desigualdades territoriais e fortalecer economias locais. Programas como o Pronaf e a atuação do BNDES ampliaram o acesso a financiamento para pequenos produtores, microempreendedores e famílias, estimulando investimentos produtivos e elevando a renda rural e urbana. A expansão do crédito consignado também aumentou a capacidade de consumo das famílias de baixa renda, impulsionando mercados locais. Além disso, os fundos constitucionais de financiamento (FNE, FNO e FCO) desempenham papel fundamental no desenvolvimento de áreas historicamente desfavorecidas, destinando recursos a investimentos produtivos, infraestrutura e capacitação. Embora persistam desafios e possibilidades de aprimoramento, os avanços obtidos nas últimas décadas são significativos e reforçam a importância desses instrumentos.

Outro eixo essencial é a infraestrutura e a conectividade, envolvendo investimentos em transporte, energia e telecomunicações. A melhoria das condições logísticas e tecnológicas reduz o isolamento histórico de diversas regiões, facilita o escoamento da produção, a circulação de pessoas e o acesso a serviços públicos e privados de qualidade. Ainda há muito a avançar, especialmente nos setores de energia elétrica, transportes (aquaviário, ferroviário, rodoviário e aeroportuário), saneamento e telecomunicações. No caso das telecomunicações, por exemplo, embora a cobertura 5G esteja se expandindo (impulsionada por programas como o Norte e Nordeste Conectado), ela permanece concentrada em centros urbanos, mantendo a exclusão digital como fator adicional de desigualdade territorial.

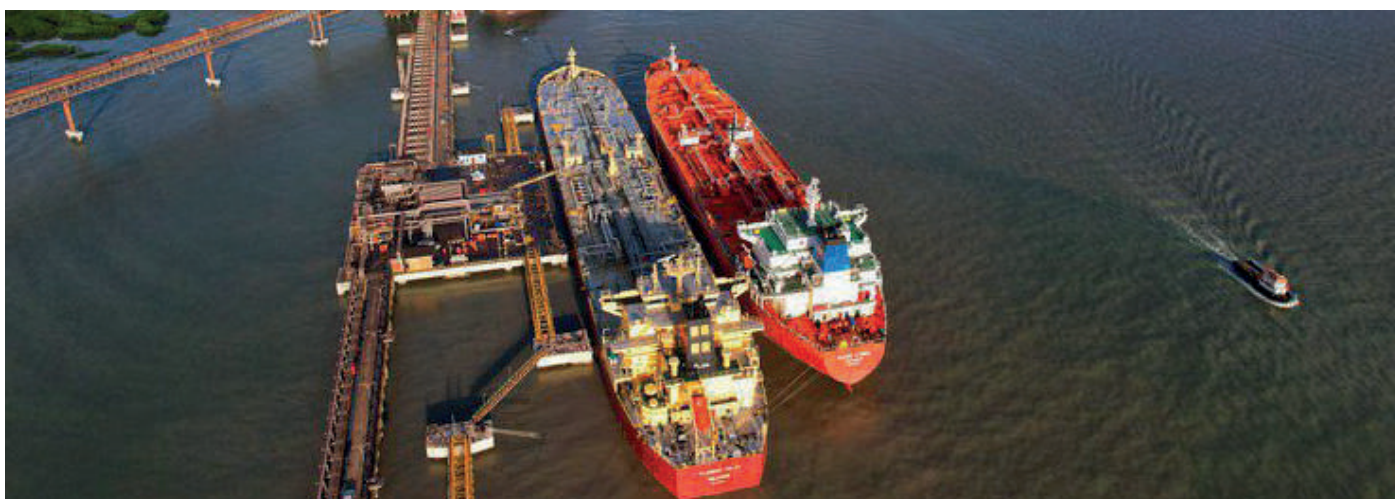
Investimentos em infraestrutura, como os promovidos pelo PAC e obras estratégicas de logística e energia, já beneficiaram regiões fora do eixo Sudeste, ampliando a integração territorial e criando oportunidades econômicas locais. Apesar de desafios de execução, esses esforços demonstram que, com coordenação e políticas contínuas, é possível reduzir desigualdades regionais e fortalecer a coesão nacional, abrindo caminho para um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

A educação e a capacitação são estratégias, especialmente quando voltadas à formação de capital humano local. A ampliação do acesso à educação básica, técnica e superior não apenas qualifica a força de trabalho, mas também favorece a inovação, o empreendedorismo e o fortalecimento das economias em territórios historicamente marginalizados.

Programas como o REUNI e a criação de novos campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) contribuíram para democratizar o acesso à educação, promover a interiorização do conhecimento e estimular a mobilidade social. O grande desafio, contudo, não é apenas formar profissionais qualificados, mas reter esse capital humano nas regiões de origem. Para tanto, é fundamental fortalecer a estrutura produtiva e a rede de serviços locais, incluindo o complexo da saúde e geração de empregos de qualidade, atraindo atividades econômicas mais complexas e garantindo que os investimentos em educação se traduzam em desenvolvimento territorial sustentável e redução das desigualdades regionais.

No campo das políticas redistributivas, a experiência brasileira mostra a importância de combinar transferências de renda — que aliviam imediatamente a pobreza extrema — com inves-

Investimentos em infraestrutura já beneficiaram regiões fora do eixo Sudeste, ampliando a integração territorial e criando oportunidades econômicas locais."



timentos estruturantes em infraestrutura social e produtiva. Essa abordagem integrada reduz vulnerabilidades, diminui a dependência assistencialista e cria condições para um desenvolvimento territorial duradouro, promovendo inclusão social e fortalecendo economias locais.

Programas como o Bolsa Família foram centrais na redução da pobreza extrema, especialmente nas regiões Nordeste e Norte, contribuindo para a diminuição das desigualdades territoriais. A valorização do salário mínimo aumentou o poder de compra das famílias em regiões de menor renda, estimulando o consumo local e fortalecendo circuitos econômicos internos. O BPC garante renda mínima a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, reduzindo a pobreza rural e ampliando a proteção social às famílias mais marginalizadas.

Além disso, a consolidação do SUS, com a expansão da Estratégia Saúde da Família, ampliou o acesso a serviços básicos em regiões interioranas, fortalecendo a proteção social e criando condições para o desenvolvimento humano em territórios historicamente desfavorecidos.

Por fim, a governança territorial é condição essencial para a eficácia de todas essas políticas. A participação articulada de municípios, estados e sociedade civil na definição de prioridades permite alinhar intervenções às especificidades locais, potencializando os efeitos dos investimentos. Essa abordagem participativa também amplia a legitimidade e a sustentabilidade das políticas, garantindo que o desenvolvimento ter-

ritorial seja construído de forma colaborativa e adaptada às realidades regionais.

Quando fortalecida, a governança territorial favorece a coordenação entre os diferentes níveis de governo, evita sobreposição de iniciativas e cria mecanismos para monitorar impactos e ajustar estratégias conforme as particularidades de cada território. Em última instância, estruturas de governança eficazes asseguram que esforços em educação, infraestrutura, integração produtiva e políticas redistributivas se convertam em desenvolvimento, inclusão social e redução duradoura das desigualdades regionais.

Qual o nosso papel, como economistas?

Nesse contexto, o papel dos economistas é pensar o desenvolvimento de forma territorializada, considerando as especificidades de cada região e evitando análises mecânicas de equilíbrios abstratos. Ao usar a realidade brasileira como laboratório, podem articular soluções que conciliem crescimento econômico, inclusão social e redução de desigualdades, adaptando instrumentos econômicos às condições concretas de cada território. Essa abordagem transforma desafios históricos em oportunidades de progresso compartilhado, fortalecendo economias locais, ampliando a participação social e promovendo uma distribuição mais justa dos benefícios do crescimento. Economistas comprometidos com essa perspectiva são, assim, agentes essenciais para construir um futuro mais justo e próspero para todas as regiões do país.



Fabricio José Missio

Graduado em Ciências Econômicas e Especialista em Estatística e Modelagem Quantitativa pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná e Doutor em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais. Vencedor do prêmio CAPES de Tese 2012. Professor do Departamento Economia da UFMG e Presidente da Fundação IPEAD.



Episódio #161

74 anos de regulamentação profissional

Em novo episódio da série organizada pela Comissão de Mercado de Trabalho do Economista e Valorização Profissional, Paulo Dantas da Costa fala sobre a regulamentação da profissão e o que se busca com o PL 3.178/2024



OUÇA AGORA!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**PROTAGONISMO
DIVERSIDADE &
DESENVOLVIMENTO**
Construindo um futuro inclusivo
para a economia brasileira

Desenvolvimento Regional na Amazônia:

desafios e caminhos para uma integração sustentável no Século XXI

POR CLEYSON SILVA DOS SANTOS
E ANDRÉ CUTRIM CARVALHO

Introdução

A Amazônia brasileira ocupa, historicamente, um lugar paradoxal no desenvolvimento nacional: ao mesmo tempo em que foi tratada no Século XX como um “espaço vazio” a ser integrado, serviu também como fonte estratégica de recursos para a inserção do Brasil na economia global. Ao longo do Século XX, a região tornou-

-se uma fronteira de recursos cobiçada e esses esforços de integração produziram alguns surtos de crescimento, porém sob uma lógica predominantemente extrativista e subordinada, na qual a Amazônia foi incorporada de forma periférica aos circuitos produtivos nacionais e internacionais (Becker, 2009).





Apesar da formação de um setor moderno voltado à exportação de matérias-primas, a maioria da população local permaneceu à margem, em pobreza e com baixa diversificação produtiva."

O Ciclo da Borracha (1870–1910) inaugurou a primeira grande inserção amazônica no capitalismo global. Foi impulsionado pela Revolução Industrial e pela explosão da demanda mundial por borracha. Em meados do Século XIX, o café já se consolidava como principal produto de exportação do Brasil, respondendo por 39% da pauta em 1850 e chegando a 68% em 1890. A borracha, impulsionada pela demanda internacional decorrente da Revolução Industrial, em 1899 já representava 24% das exportações e, em 1910, atingiu seu auge, com 40%, quando o café ainda detinha 41% do mercado externo. Esses números mostram que, embora de curta duração em relação ao café, o ciclo foi suficiente para redefinir a economia da Amazônia.

A Amazônia não conseguiu gerar um “complexo econômico” como ocorreu com a economia cafeeira paulista (Cano, 2013). Essa riqueza, de fato, se revelou com bases frágeis: a economia gomífera organizou-se sobretudo em torno do aviamento, sistema de crédito que endividava os seringueiros e concentrava os lucros nas casas exportadoras estrangeiras (Santos, 1980).

Já nas décadas de 1960–1980, a Amazônia voltou ao centro da estratégia estatal, desta vez sob a égide do regime militar. O governo promoveu grandes projetos de mineração, infraestrutura e agropecuária, incentivando a colonização dirigida e atraindo migrantes e capital privado para a região. Esse modelo desenvolvimentista elevou o PIB regional e modernizou segmentos

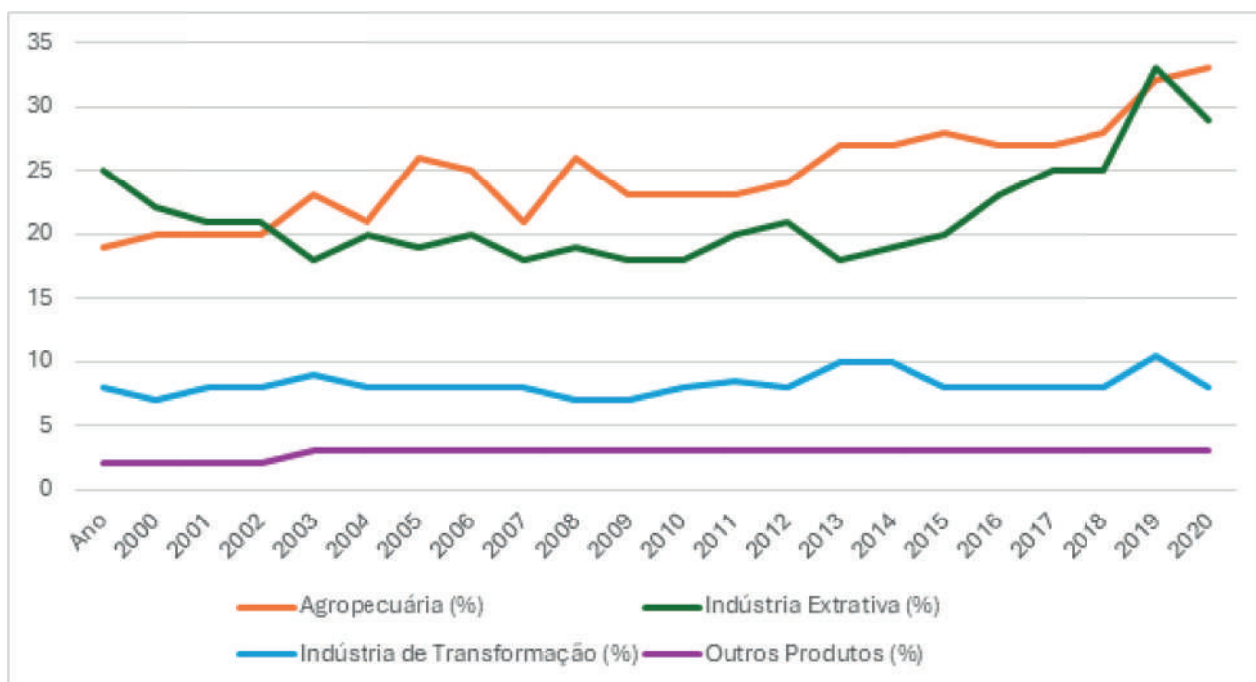
exportadores. De acordo com Marques (2007), na década de 1970 a mineração já despontava como setor estratégico, respondendo por 40% do valor das exportações da Amazônia, com destaque para ferro, bauxita, manganês e ouro, mas aprofundou um padrão de integração desigual.

Apesar da formação de um setor moderno voltado à exportação de matérias-primas, a maioria da população local permaneceu à margem, em pobreza e com baixa diversificação produtiva. Ademais, os custos socioambientais foram elevados, deflagrando o desmatamento e conflitos com indígenas (Carvalho, 2005). Com a crise dos anos 1980 e as reformas neoliberais dos 1990, o ímpeto integrador estatal arrefeceu, órgãos de fomento perderam força e, apesar de a Constituição de 1988 ter ampliado as transferências federativas (Arretche, 2012), a estrutura produtiva regional permaneceu inalterada.

Reprimarização e dependência no Século XXI

No início do Século XXI, a Amazônia viveu um novo ciclo de expansão que aprofundou o processo de reprimarização da economia brasileira. A crescente demanda global por commodities agropecuárias e minerais, especialmente da China, impulsionou as exportações amazônicas. Durante o “superciclo” das commodities (2003–2013), a região aprofundou sua integração primário-exportadora impulsionada pela Ásia.

Gráfico 1 – Porcentagem das exportações da Amazônia no total das exportações brasileiras (2000-2020)



Fonte: Comex Stat, (2022). Elaboração própria.

O gráfico mostra a participação das exportações da Amazônia no total brasileiro. A indústria extrativa acelera após 2003, com queda apenas em 2008-2009 devido à crise global, retomando a expansão até 2014. Já os produtos de maior intensidade tecnológica apresentam trajetória descendente no período.

Na Amazônia, a reprimarização intensificou a histórica vocação extrativa da região, renovando antigos dilemas. A integração pelo viés exportador gerou crescimento econômico acima da média nacional em alguns estados. Por exemplo, entre 1960 e 1995, a economia da região Norte multiplicou-se cerca de 12 vezes, enquanto o PIB nacional teve expansão bem menor. No Amazonas, especificamente, o setor industrial cresceu mais de 826% entre 1970 e 1980 (Gomes; Vergolino, 1997), mas não se traduziu em desenvolvimento endógeno. Pelo contrário, manteve-se a dependência de ciclos globais: quando os preços do petróleo, dos minérios ou da soja caem, toda a economia regional absorve os impactos dessa variação. Essa vulnerabilidade decorre de uma estrutura produtiva pouco diversificada e fortemente exposta às oscilações do mercado internacional (Carneiro, 2010). Além disso, a supremacia do setor primário perpetuou a defasagem tecnológi-

ca local, já que a maior parte do beneficiamento dos recursos amazônicos ocorre fora da região.

Impactos socioambientais do modelo extrativista

Os sucessivos ciclos de exploração primária deixaram um legado socioambiental preocupante na Amazônia. Conforme Beuchle et al (2021), desde a década de 1970 a Amazônia brasileira perdeu considerável parte de suas florestas antigas, principalmente devido à conversão em pastagens para criação de gado e plantações de commodities como soja. Essa devastação contribui para as emissões brasileiras de gases causadores do efeito estufa e ameaça a biodiversidade única do bioma, agravando a crise climática global. Também proliferaram conflitos sociais: comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) foram alvo de grilagem de terras, deslocamentos forçados e violência no campo. Verifica-se, portanto, que o modelo de crescimento baseado em commodities tem gerado riqueza concentrada e custos socioambientais elevados, minando as bases para um desenvolvimento sustentado.

Bioeconomia e neoindustrialização sustentável

Diante dos impasses do modelo tradicional, despontam propostas de bioeconomia e neoindustrialização verde como caminhos para um novo dinamismo regional na Amazônia (Diniz; Bermann, 2012). A ideia central da bioeconomia é alinhar a geração de riqueza à conservação ambiental, aproveitando de forma sustentável a biodiversidade e os saberes tradicionais. Na prática, trata-se de desenvolver cadeias produtivas de fitoterápicos, cosméticos, alimentos funcionais e demais produtos de alto valor agregado derivados da floresta em pé. Estudos apontam, por exemplo, o potencial de produtos como açaí, castanha e plantas medicinais para dinamizar economias regionais com baixa pegada ambiental (Homma, 2012).

A neoindustrialização sustentável, por sua vez, implica atrair para a Amazônia empreendimentos industriais e de serviços de base tecnológica alinhados à vocação ecológica da região (Moreira; Manzatto, 2023). Isso vai de biorrefinarias para biofármacos e biocombustíveis a polos de tecnologia para monitoramento ambiental e economia circular. Localizar indústrias “verdes”

na região pode agregar valor aos recursos naturais de forma responsável, ao mesmo tempo em que capacita a mão de obra local e cria empregos qualificados, rompendo a lógica de concentração industrial no centro-sul do país.

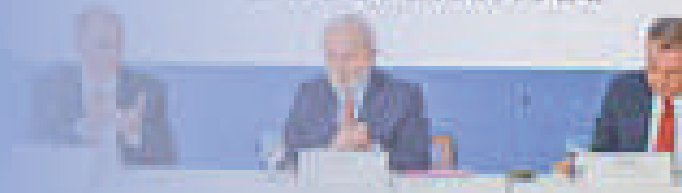
Para viabilizar esse processo, são necessárias políticas públicas consistentes, advindas de um Estado empreendedor, que assume riscos e direciona investimentos em ciência e tecnologia voltados para a bioeconomia (Mazzucato, 2014), além de infraestrutura adequada (logística, energia limpa, conectividade) compatível com a conservação florestal, marcos regulatórios para repartição de benefícios e incentivos que atraiam empresas sustentáveis (Silva, 2023).

O governo lançou o programa Nova Indústria Brasil (NIB) para interiorizar cadeias produtivas e promover inovação verde, mas sua implementação na Amazônia enfrenta obstáculos. A região combina fragilidades logísticas, baixa densidade tecnológica e forte dependência de cadeias primário-exportadoras, o que dificulta o adensamento produtivo previsto nas missões do plano de ação (Brasil, 2025).



O governo lançou o programa Nova Indústria Brasil (NIB) para interiorizar cadeias produtivas e promover inovação verde, mas sua implementação na Amazônia enfrenta obstáculos."

NOVA
INDÚSTRIA
BRASIL
FORTE, TRANSFORMADO
E SUSTENTÁVEL



Como destacam Marconi e Rocha (2012), processos de industrialização requerem encadeamentos produtivos capazes de gerar economias de escala e efeitos de aprendizado, mas, na Amazônia, a reprimarização reforçou a condição periférica da economia regional. Aspectos macroeconômicos estruturais, como a sobreapreciação cambial e a concentração em commodities, reduziram a competitividade da indústria brasileira e restringiram as possibilidades de diversificação local. Assim, o NIB, embora ambicioso, enfrenta o desafio de superar um padrão histórico no qual a floresta é vista apenas como fornecedora de recursos primários e não como base de inovação e tecnologia.

Sem uma coordenação robusta, há o risco de o NIB reproduzir experiências anteriores, em que políticas industriais nacionais pouco dialogaram com especificidades regionais e acabaram tendo impacto reduzido sobre a estrutura produtiva local.

Considerações finais

A trajetória histórica da Amazônia evidencia um padrão recorrente de integração periférica ao restante da economia brasileira, sobretudo ao eixo sul-sudeste, baseado na extração de riquezas naturais e na exportação de produtos primários. Esse modelo extrativista gerou crescimento econômico em alguns momentos, mas não promoveu um desenvolvimento regional sustentável, o que resultou na condição de uma região



ainda dependente, desigual e vulnerável. Diante da crise climática global e da visibilidade trazida pela COP30 em Belém-PA, é inadiável repensar os rumos do desenvolvimento amazônico.

As alternativas aqui discutidas (bioeconomia, industrialização verde e novos arranjos institucionais) são caminhos para um futuro mais promissor à região, mas exigem esforços conjuntos. Deste modo, a integração sustentável da Amazônia demanda uma mudança de paradigma: é preciso abandonar o modelo de fronteira exploratória e construir um novo modelo no qual a Amazônia seja sinônimo de sustentabilidade e prosperidade compartilhada. Apenas com um projeto nacional que valorize a floresta em pé e os povos da floresta será possível transformar a Amazônia de fronteira explorada em um polo de desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

- ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV/Fiocruz, 2012.
- BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BEUCHLE, R. et al. Deforestation and forest degradation in the Amazon – status and trends up to year 2020. JRC Publications Repository, 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Nova Indústria Brasil – Plano de Ação para a Neointustrialização 2024-2026. Brasília: CNDI/MDIC, 2025.

CARNEIRO, R. Globalização e vulnerabilidade externa. Revista de Economia Política, v.30, n.2, p.231-249, 2010.

CARVALHO, A. Operação Amazônia: geopolítica e desenvolvimento. Revista Tempo Brasileiro, n.160, p.17-39, 2005.

COSTA, Milene Ribas da. Nova Indústria Brasil (NIB): política industrial e desenvolvimento. In: RIBAS DA COSTA, Milene. Práticas e políticas: impactos das Ciências Sociais Aplicadas no desenvolvimento humano. Teresina: IFPI, 2025. p. 127-138.

DINIZ, E. M.; BERMANN, C. Economia verde e sustentabilidade. Estudos Avançados, v.26, n.74, p.323-339, 2012.

GOMES, G. M. R.; VERGOLINO, J. R. O. Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995). Brasília: IPEA, 1997.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? Estudos Avançados, v.26, n.74, p.167-186, 2012.

MARCONI, N.; ROCHA, M. A. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. especial, p. 853-888, dez. 2012.

MARQUES, G. S. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.

MAZZUCATO, M. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MOREIRA, D. N.; MANZATTO, A. G. As potencialidades que favorecem ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 12, n. 3, p. 751-777, 2023.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, K. G. Desenvolvimento outward-oriented e periferia: uma análise latino-americana. Revista Econômica, v.24, n.1, p.75-98, 2023.

ZANOVELO, R. C. Nova Indústria Brasil: uma análise sobre a política industrial brasileira sob a égide de Lula III. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas).



Cleyson Silva dos Santos

Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



André Cutrim Carvalho

Bacharel em Economia pela Universidade da Amazônia (Unama), mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, doutor em Desenvolvimento Econômico e pós-doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor-pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA.



Desigualdades Regionais e Políticas Públicas:

caminhos para um Brasil sustentável

POR FREDERICO DE ALCÂNTARA E SILVA

As desigualdades regionais no Brasil não são apenas números em tabelas ou gráficos. Elas se manifestam diariamente na vida das pessoas: na demora para conseguir atendimento em hospitais, na falta de saneamento básico em bairros periféricos, na escassez de empregos formais e até mesmo na distância que se para jovens de oportunidades educacionais. O país, frequentemente descrito como um “gigante pela própria natureza”, convive com a contradição de ter regiões altamente desenvolvidas lado a lado com territórios ainda marcados por privações elementares.

Esse cenário não resulta de acaso, mas de um processo histórico de concentração de investimentos, infraestrutura e políticas públicas seletivas, que favoreceram determinados espaços e deixaram outros à margem (Coelho Barros, 2012). Discutir desigualdade regional, portanto, é discutir o futuro do Brasil. Um país que cresce de forma desequilibrada restringe sua capacidade de inovar, amplia tensões sociais e compromete sua sustentabilidade ambiental e fiscal.

Segundo o IBGE (2022), a região Sudeste responde por cerca de 53% do PIB nacional, enquanto Norte e Nordeste somados não ultrapassam 20%. Essa disparidade revela um desequilíbrio estrutural que vai além da renda: compromete também a distribuição de oportunidades, a qualidade dos serviços públicos e a integração produtiva do território. O desafio que se coloca é claro: como superar barreiras históricas

e construir políticas que promovam desenvolvimento regional inclusivo, inovador e sustentável?

Raízes históricas de um problema persistente

A formação territorial e econômica brasileira foi profundamente marcada por ciclos de exploração voltados quase exclusivamente ao mercado externo. Desde o período colonial, a lógica predominante não foi a de criar uma economia integrada e diversificada, mas sim a de explorar recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, de acordo com a demanda internacional. O açúcar no Nordeste, o ouro em Minas Gerais e o café no Sudeste ilustram bem esse padrão: atividades de grande rentabilidade, mas concentradas em regiões específicas e incapazes de promover desenvolvimento equilibrado. A riqueza gerada nesses ciclos manteve-se restrita a grupos econômicos e políticos locais, reforçando tanto a concentração fundiária quanto os padrões de exclusão social que se prolongaram ao longo dos séculos (Furtado, 1959/2004).

Esse modelo de crescimento seletivo deixou marcas profundas. Enquanto algumas áreas prosperavam com a entrada de capitais estrangeiros e infraestrutura mínima voltada à exportação, outras permaneciam marginalizadas, sem acesso a estradas, escolas ou serviços básicos. O resultado foi um território fragmentado, em que o desenvolvimento não se distribuía de for-



Um país que cresce de forma desequilibrada restringe sua capacidade de inovar, amplia tensões sociais e compromete sua sustentabilidade ambiental e fiscal."

ma equitativa, mas se acumulava em “ilhas de modernidade” cercadas por vastas extensões de pobreza (Coelho Barros, 2012).

No Século XX, a industrialização acentuou esse padrão. O Sudeste, sobretudo em São Paulo, consolidou-se como o grande polo dinâmico da economia nacional, atraindo capital estrangeiro, mão de obra migrante de outras regiões e investimentos em infraestrutura, como ferrovias, portos e energia elétrica. Essa concentração reforçou a centralidade econômica da região e ampliou sua vantagem competitiva, em detrimento de outras áreas do país. Norte e Nordeste, por sua vez, continuaram apresentando índices mais baixos de renda, elevados níveis de pobreza e acesso limitado a serviços essenciais, como saúde e educação (Magalhães & Alves, 2022).

Diante desse quadro, tentativas de correção foram implementadas pelo Estado brasileiro. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, buscava formular estratégias de longo prazo para reduzir os desequilíbrios regionais. No Norte, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, tinha objetivo semelhante. Ambas representaram esforços importantes de planejamento regional, mas esbararam em dificuldades estruturais: dependência excessiva de incentivos fiscais, forte influência política, falta de continuidade administrativa e fragilidade institucional. Assim, seus impactos, embora relevantes em determinados períodos, não foram suficientes para alterar de forma estrutural o quadro de desigualdade regional (Furtado, 1959/2004).

As estatísticas atuais revelam a persistência desse legado. Em 2021, segundo dados do

Atlas do Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio do Sudeste foi de 0,789, enquanto no Nordeste foi de 0,710. Essa diferença não reflete apenas desigualdade de renda, mas também desigualdades educacionais — como taxas mais baixas de escolarização e desempenho escolar — e de longevidade, com expectativa de vida mais curta em áreas menos desenvolvidas. O Norte apresenta desafios semelhantes, agravados pela dispersão populacional e pelas dificuldades de acesso a serviços em áreas remotas (Bhering, 2024).

Essas disparidades históricas explicam por que o Brasil ingressou no Século XXI como um país marcado por contrastes intensos: regiões altamente integradas à economia global, com forte presença industrial e tecnológica, convivem lado a lado com territórios de baixo dinamismo econômico e altas vulnerabilidades sociais. Trata-se de uma herança histórica que ainda condiciona o presente e impõe limites ao futuro, tornando a redução das desigualdades regionais não apenas um desafio econômico, mas também uma exigência social e política para o desenvolvimento nacional.

Avanços recentes e contradições atuais

Apesar da persistência das desigualdades, as últimas décadas registraram progressos relevantes. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, garantiram mínimos sociais e dinamizaram economias locais, especialmente em cidades pequenas do Nordeste. Em 2014, o programa atendia mais de 14 milhões de famílias, representando importante injeção de recursos em economias locais. O impacto multiplicador do consumo foi visível, com aumento da

circulação de mercadorias e fortalecimento de comércios regionais.

Outro avanço foi a interiorização do ensino superior. A criação de 18 universidades federais entre 2003 e 2014 e a ampliação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica levaram oportunidades a regiões antes invisíveis para a agenda nacional. Jovens de cidades médias e pequenas passaram a ter acesso à formação que, até então, exigia migração para grandes centros (Magalhães & Alves, 2022).

Contudo, as limitações estruturais permanecem. O gargalo logístico é, talvez, o mais evidente: a malha rodoviária precária, a insuficiência de ferrovias estratégicas e a baixa integração portuária encarecem produtos, reduzem a competitividade e desestimulam investimentos produtivos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021) estima que o custo logístico brasileiro equivale a 12% do PIB, contra 8% nos EUA e 6% na Europa. Outro obstáculo é a ausência de políticas industriais adaptadas às especificidades territoriais. Enquanto cadeias produtivas de alto valor agregado se concentram no Sudeste e no Sul, Norte e Nordeste mantêm dependência de atividades primárias e extrativas (Bhering, 2024).

A consequência é um crescimento econômico que nem sempre se traduz em desenvolvimento humano e social equilibrado.

Programas estruturantes como o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o Minha Casa Minha Vida e os investimentos em energia elétrica ajudaram a reduzir disparidades, mas também sofreram com descontinuidades políticas e crises fiscais. Sem continuidade, muitos projetos ficaram inacabados ou perderam seu impacto transformador.

Casos práticos mostram tanto avanços como limitações: o polo de fruticultura irrigada do Vale do São Francisco levou o Nordeste a exportar manga e uva para a Europa, mas ainda sofre com infraestrutura precária. Já a Zona Franca de Manaus gerou empregos e dinamizou o consumo, mas sua dependência de incentivos fiscais e baixa diversificação produtiva continuam sendo desafios.

Sustentabilidade e inovação como oportunidade

O Brasil reúne vantagens estratégicas na transição energética e na bioeconomia. Se bem aproveitadas, podem constituir motores de um desenvolvimento equilibrado e inclusivo. A Amazônia é emblemática. Sua riqueza não está apenas no potencial de exploração mineral ou na expansão agrícola, mas sobretudo na sociobiodiversidade capaz de sustentar novas cadeias produtivas: óleos essenciais, fitoterápicos, cosméticos naturais e alimentos funcionais.

Muitas dessas atividades já ocorrem em escala comunitária, conduzidas por povos tradicionais, mas ainda carecem de políticas públicas que valorizem esse conhecimento e garantam logística adequada. O semiárido nordestino também desponta como polo estratégico. Segundo a Aneel (2023), a região concentra 85% da capacidade instalada de energia eólica do país e lidera projetos solares. Esses investimentos não só geram empregos locais, como atraem empresas de tecnologia verde e abrem caminho para novas fronteiras, como o hidrogênio verde. Estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia já se destacam nesse processo (Magalhães & Alves, 2022).





A redução das desigualdades regionais é mais do que uma meta social: é uma condição estratégica para que o Brasil se afirme como potência sustentável no Século XXI."

Além da transição energética, há oportunidades ligadas à economia digital. O avanço das startups em cidades médias, apoiadas por incubadoras e hubs de inovação, mostra que a conectividade pode reduzir assimetrias e criar novos polos de dinamismo econômico fora do eixo tradicional.

A sustentabilidade, portanto, pode ser o eixo de uma virada: transformar desafios ambientais em oportunidades de desenvolvimento regional. Mas, para isso, será indispensável uma governança eficiente. Experiências demonstram que soluções impostas “de fora para dentro” tendem a fracassar. O fortalecimento de consórcios regionais, a cooperação federativa e a valorização da participação comunitária são condições essenciais para que estratégias sustentáveis prosperem.

O papel estratégico do economista

Nenhuma transformação estrutural acontece sem planejamento técnico e visão de longo prazo. É nesse ponto que o economista se torna indispensável: sua missão vai além da análise de indicadores; envolve propor estratégias que tornem o desenvolvimento mais equilibrado, inovador e sustentável (Coelho Barros, 2012).

No setor público, esse profissional atua na elaboração de planos plurianuais, no desenho de políticas fiscais responsáveis e na definição de investimentos em infraestrutura capazes de reduzir desigualdades regionais e gerar competi-

tividade. Sua leitura técnica ajuda a evitar desperdícios de recursos e orienta escolhas que afetam diretamente a qualidade de vida da população.

No setor privado, o economista é peça-chave na definição de localização de plantas produtivas, na avaliação de riscos de novos negócios e na identificação de mercados emergentes. Sua análise contribui para que empresas brasileiras se posicionem melhor em cadeias globais de valor, aproveitando tendências como a transição energética e a economia digital (Bhering, 2024).

Nos organismos internacionais, conecta o Brasil às agendas globais, traduzindo compromissos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em políticas factíveis. Nesse papel, o economista atua como mediador entre pressões externas e realidades locais, garantindo que o país esteja alinhado às transformações que movem o mundo.

Além disso, o economista cumpre uma função pedagógica essencial: traduz dados complexos em narrativas compreensíveis, capazes de iluminar o debate público e orientar decisões de gestores e cidadãos. Em períodos em que há excesso de informação e dificuldade na interpretação precisa, este papel torna-se mais significativo.

Assim, o economista não é apenas um intérprete da economia, mas um estrategista do desenvolvimento nacional. Sua capacidade de unir técnica e visão prática faz dele um ator central para transformar o potencial brasileiro em prosperidade compartilhada.

Conclusão

A redução das desigualdades regionais é mais do que uma meta social: é uma condição estratégica para que o Brasil se afirme como potência sustentável no Século XXI. O país não pode permanecer refém de um modelo em que poucos territórios concentram oportunidades, enquanto extensas regiões ficam à margem.

Investir em infraestrutura integrada, apoiar cadeias produtivas sustentáveis e valorizar a diversidade cultural e ambiental são passos decisivos para mudar o quadro atual. Mais do que corrigir injustiças históricas, trata-se de liberar o potencial criativo e produtivo de todo o território, construindo um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo.

Nesse processo, o economista é protagonista insubstituível. É ele quem transforma dados dispersos em diagnósticos claros, quem propõe

políticas públicas fundamentadas, quem identifica oportunidades de inovação e sustentabilidade e quem orienta tanto governos quanto empresas em decisões de longo prazo (Furtado, 1959/2004; Magalhães & Alves, 2022). Mais do que um analista, o economista atua como estrategista do futuro nacional, capaz de conciliar eficiência econômica, justiça social e preservação ambiental.

Um Brasil sustentável só será possível quando a riqueza de sua diversidade se converter em prosperidade compartilhada. Para que isso ocorra, o protagonismo do economista não é apenas desejável — é indispensável. Sua atuação técnica, crítica e inovadora é a chave para transformar desigualdade em oportunidade, diversidade em desenvolvimento e, sobretudo, para garantir que cada brasileiro tenha as mesmas condições de futuro.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional de Energia Elétrica. (2023). Relatório de acompanhamento da expansão da geração de energia elétrica. Brasília, DF: Aneel. Recuperado de <https://www.aneel.gov.br>

Bhering, D. (2024). Regional income inequality in Brazil: State-level distributional disparities. Emerald.

Coelho Barros, A. R. (2012). Dinâmica das desigualdades regionais no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, 43(4), 9–26.

Confederação Nacional da Indústria. (2021). Custos logísticos no Brasil: desafios para a competitividade.

Brasília, DF: CNI. Recuperado de <https://www.portaldaindustria.com.br>

Furtado, C. M. (2004). *Formação Econômica do Brasil* (24ª ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1959).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Contas regionais do Brasil: 2022. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.

Magalhães, J. C. R., & Alves, P. J. H. (2022). A century of regional inequalities in Brazil (Discussion Paper No. 271). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



Frederico de Alcântara e Silva

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, Perito registrado no Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças – CNPEF, Mestrando em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape, Consultor especialista em cálculos tributários e administração pública.



Entre Desafios e Oportunidades:

o Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2050

POR GUSTAVO CASSEB PESSOTI E
FERNANDA CALASANS C. L. PESSOTI

O planejamento de longo prazo é reconhecido, no campo das políticas públicas e do desenvolvimento regional, como uma ferramenta fundamental para orientar transformações estruturais na economia e na sociedade. Autores de matrizes teóricas distintas, como Celso Furtado (2009) e Amartya Sen (2000), destacaram que o desenvolvimento não se limita ao crescimento do produto interno bruto, mas envolve a ampliação das capacidades humanas, a inclusão social e a redução das desigualdades. Além disso, o plane-

jamento de horizonte ampliado permite identificar tendências globais como transformações tecnológicas, alterações climáticas e dinâmicas demográficas e alinhar a economia nacional e regional às oportunidades para correções pretéritas e desafios para alteração do futuro.

Do ponto de vista econômico, o planejamento de longo prazo contribui para a alocação eficiente de recursos e para a criação de um ambiente de estabilidade e previsibilidade, fundamentais para atrair investimentos internos e

externos. Projetos estruturantes em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, por exemplo, demandam anos de maturação e apenas um planejamento consistente assegura a continuidade necessária para que os resultados possam ser colhidos pela sociedade.

Sob a ótica social, o planejamento de longo prazo permite projetar políticas de inclusão e bem-estar que respondam às necessidades de populações historicamente marginalizadas, ao mesmo tempo em que promove a justiça distributiva. Essa dimensão é crucial para reduzir assimetrias e construir uma sociedade menos desigual. Adicionalmente, ao integrar metas de sustentabilidade ambiental, o planejamento contribui para assegurar que as futuras gerações encontrem condições mais adequadas para seu desenvolvimento.

Ancorado nessa ideia, a Secretaria de Planejamento do estado da Bahia lançou em 2025 seu plano de desenvolvimento de longo prazo denominado de Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2050, que foi concebido para orientar os próximos seis ciclos de Planos Plurianuais (PPA). Estruturado em seis dimensões (competitividade sistêmica, qualidade de vida, formação cidadã, garantia de direitos, sustentabilidade ambiental e gestão estratégica), este Plano de Desenvolvimento Integrado busca articular investimentos em infraestrutura, programas sociais e políticas de reativação econômica e de inovação.

O cenário econômico que embasou elaboração do PDI 2050 era o da evidente perda da

competitividade sistêmica da Bahia, com baixo ritmo de crescimento do PIB, tanto nas escalas regionais como nacional, o que reverberou no aumento crônico do desemprego, mesmo antes da pandemia da Covid – entre 2012 e 2019, a taxa de desemprego apresentou uma escalada de 8,4 pontos percentuais passando de 10,1% para 18,5%, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios do IBGE (e passou para 20,5% em 2020). No período 2011-2020, o PIB da Bahia retraiu-se acumuladamente 4,6% (com taxa média de crescimento de -0,5% ao ano), o que resultou em perda de representatividade na economia brasileira (com queda da 6ª para a 7ª posição no ranking nacional do PIB), bem como na economia da região Nordeste (de 29,5% em 2010 para 28,3% do PIB em 2020), segundo as informações do Projeto de Contas Regionais e Municipais do Brasil, também do IBGE.

Inspirado em experiências internacionais, como o Plano Estratégico China 2050, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia reconhece os impactos das transformações globais - transição energética, mudanças climáticas, digitalização e novas geopolíticas internacionais - e busca reposicionar a Bahia frente a tais desafios. Entre os vetores de transformação elencados, destacam-se: a expansão da produção de grãos e minerais, o fortalecimento da matriz energética renovável (com ênfase no hidrogênio verde e na biomassa), a intensificação da economia do mar, além dos investimentos em logística e infraestrutura, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o Porto Sul e a Ponte Salvador-Itaparica.



O desenvolvimento não se limita ao crescimento do produto interno bruto, mas envolve a ampliação das capacidades humanas, a inclusão social e a redução das desigualdades."

O agronegócio, a indústria de transformação com ênfase tecnológica, a indústria naval e náutica, o turismo, a economia criativa, os centros de distribuição com os quais se dinamizam as atividades da economia compartilhada e do e-commerce, a economia do mar, a mineração (inclusive com destaque para o potencial das rochas ornamentais) e o complexo industrial da saúde são alguns exemplos de atividades portadoras de novas perspectivas, com fortes vantagens competitivas para alavancar o crescimento econômico da Bahia, assim como estimular a geração de empregos. Se concretizados dentro do horizonte temporal dos próximos 25 anos, tais investimentos setoriais serão capazes de aumentar o valor agregado das atividades produtivas ao PIB do estado, com transbordamentos estruturais, adensamento e modernização da sua matriz produtiva.

As energias renováveis e as integrações de transportes ferroviários (Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL), portuários (Porto Sul) e rodoviários (Ponte Salvador-Itaparica) são outros exemplos de investimentos dinamizadores que podem aumentar a competitividade sistêmica e elevar o desenvolvimento econômico e social da Bahia. Além disso, é importante considerar que as transformações derivadas destes aportes vão estar essencialmente dirigidas para interiorizar boa parte da produção econômica do estado, tornando real a possibilidade de uma efetiva

desconcentração econômica em torno da Região Metropolitana de Salvador, com aumento de geração e apropriação de renda nos menores municípios da Bahia, historicamente alijados dos processos de desenvolvimento anteriores.

Nas últimas décadas, observou-se uma intensificação, em escala global e em curto espaço de tempo, das mudanças climáticas e do processo de descarbonização da economia, fenômenos que se consolidam como tendências estruturantes do mundo contemporâneo. A transição energética ampliou-se para além das fontes eólica e solar, incorporando alternativas como a biomassa, o hidrogênio verde e os princípios da economia circular, elementos que estão reconfigurando a matriz energética mundial. Esse movimento implica um redirecionamento das dinâmicas econômicas, que passam a se ancorar de forma crescente em transformações tecnológicas, na digitalização de processos e na redefinição das cadeias produtivas, sinalizando um distanciamento em relação ao padrão de acumulação predominante até o final da segunda década do Século XXI. Nesse contexto, a formulação e a execução de políticas públicas exigem novas abordagens de planejamento, capazes de integrar as demandas emergentes nos campos energético, ambiental e tecnológico, assegurando tanto a sustentabilidade quanto a competitividade diante de um cenário de rápidas e profundas transformações.





As energias renováveis e as integrações de transportes ferroviários, portuários e rodoviários são outros exemplos de investimentos dinamizadores que podem aumentar a competitividade sistêmica e elevar o desenvolvimento econômico e social da Bahia."

É justamente com base nessa análise de tendências internas e globais que o argumento central do novo PDI Bahia 2050 propõe uma estratégica alicerçada em novos vetores econômicos, com perspectivas de promover encadeamentos e mudanças estruturais, para estimular a taxa de crescimento e promover as complementações da matriz insumo-produto do estado. Ao lado dos programas de inclusão socioprodutiva que foram a tônica do planejamento territorial da Bahia entre 2007 e 2024, com destaque para a agricultura familiar e as atividades rurais, essa nova visão de interiorização produtiva pode aumentar a competitividade territorial, com maior dinâmica interna, endogenizando o desenvolvimento econômico para melhorar a distribuição de renda e a geração de empregos no estado, com evidente aumento da qualidade de vida para a população do estado da Bahia.

Tomando por base as considerações realizadas, a Figura 1 apresenta os principais vetores (que constam das ações estratégicas do PDI 2050) que influenciarão a visão de longo prazo para a Bahia e que servirão de referência para as políticas e ações programáticas do PPA 2028-2031, bem como dos planos seguintes.

Figura 1 – Principais Vetores para o Desenvolvimento da Bahia – com base no PDI 2050

1 DIMENSÃO TERRITORIAL E LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA	6 BASE INDUSTRIAL INSTALADA	11 MELHORIA E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE
2 DIVERSIDADE DE BIOMAS E O POTENCIAL DA BIOECONOMIA	7 GRANDE POTENCIALIDADE PARA O SETOR DE TURISMO	12 POLÍTICA TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR
3 VOCAÇÃO PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	8 CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	13 ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONVIVÊNCIA COM A SECA
4 REBUSTEZ DO AGRONEGÓCIO	9 GRANDE DIVERSIDADE CULTURAL E POPULACIONAL	14 EXPERTISE NA REALIZAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS
5 DIVERSIDADE DA OFERTA DE BENS MINERAIS	10 VOLUME E CAPILARIDADE DO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR	15 RESPONSABILIDADE FISCAL E MELHORIA DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Fonte: Bahia, 2025.

“

Competitividade, investimentos, inclusão social, diversificação e descentralização são os elementos centrais para um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia nos anos vindouros."



Como pode ser visto na Figura 1, o plano busca potencializar dimensões como a localização territorial, a diversidade de biomas, a vocação agropecuária e mineral, além de consolidar a base industrial, o turismo e a bioeconomia, de forma sustentável e inovadora. Também enfatiza a transição energética, a valorização da diversidade cultural e populacional e o fortalecimento da educação superior como vetores de transformação socioeconômica. Paralelamente, prevê avanços na saúde descentralizada, na participação popular, na assistência social e na convivência com a seca, aliados à responsabilidade fiscal e à capacidade de investimento. Assim, o PDI 2050 projeta uma visão de futuro para a Bahia alicerçada em ações socioeconômicas mais inclusivas e territorialmente mais integradas, capazes de aumentar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida de sua população.

É sempre importante considerar que, segundo as informações do Censo Demográfico do

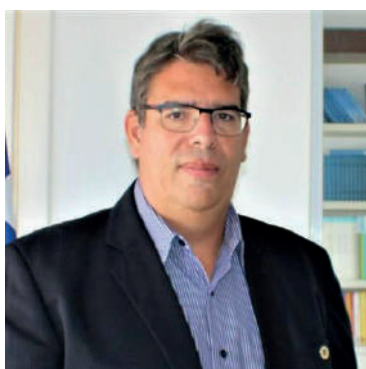
IBGE, dos 417 municípios baianos, 257 tinham até 20 mil habitantes em 2022, o que corresponde a 61,6% dos municípios. Ao se estabelecer o intervalo para os municípios com mais de 20 mil e menos de 50 mil habitantes, nota-se que 118 municípios (28,3% do total) pertenciam a este grupo. Assim, uma característica estrutural, que obviamente deve ser considerada na análise do planejamento de longo prazo da Bahia e para uma proposição de desenvolvimento socioeconômico, é o fato de que 89,9% dos municípios baianos tinham menos de 50 mil habitantes em 2022.

Repensar o planejamento do desenvolvimento de longo prazo é uma iniciativa louvável, na medida em que fornece inputs à construção dos planos plurianuais e permite a integração entre diferentes programas e ações das secretarias do estado no período abarcado pelo PDI 2050. Para além disso, é importante se atentar para a realidade social e econômica dos muni-

cípios baianos, marcada pela forte dependência do Estado – com a administração pública assumindo a predominância dos setores produtivos (em percentual do PIB) em pelo menos 40% dos municípios baianos (segundo os dados do Projeto de Contas Municipais do Brasil realizado pelo IBGE) – e com significativa taxa de informalidade não medida, mas presente, no mercado de trabalho do interior do estado. Ressaltam-se, ainda, a alta taxa de analfabetismo (12,1% da população baiana) registrada no Censo Demográfico 2022 – 9ª maior taxa no Brasil, só à frente dos outros oito estados da região Nordeste – e, também, o mais elevado número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em 2024, entre todas as unidades da federação – (2,46 milhões de famílias baianas, seguido por São Paulo com 2,44 milhões de famílias), segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social do Governo Federal.

Apesar da inexistência de um projeto nacional de desenvolvimento que integre os demais

planos estaduais das unidades da federação na atualidade, a Bahia não podia prescindir de um plano de desenvolvimento próprio, de longo prazo, capaz de alterar a realidade em curso, principalmente depois da malsucedida experiência vivenciada pela economia baiana ao longo de toda a chamada “década perdida” de 2011 a 2020. Os desafios são grandes, mas as perspectivas em torno do PDI 2050 criaram expectativas positivas para a retomada do crescimento e para as transformações econômicas e sociais necessárias para a Bahia. Esses desafios incluem melhorar a competitividade sistêmica da economia, ser mais assertivo na efetivação de investimentos setoriais e infraestruturais (inclusive em direção da nova matriz energética), adensar, diversificar, interiorizar e descentralizar territorialmente a matriz produtiva do estado. Competitividade, investimentos, inclusão social, diversificação e descentralização são os elementos centrais para um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia nos anos vindouros.



Gustavo Casseb Pessoti

Economista (UFBA) com mestrado em Desenvolvimento Regional (PPDRU/UNIFACS). É funcionário público da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do estado da Bahia (EPPGG). É também professor universitário e vogal da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB). Conselheiro federal e ex-presidente do Corecon-BA por cinco mandatos.



Fernanda Calasans C. L. Pessoti

Economista pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com mestrado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em Economia pela Universidade Federal da Bahia. É professora titular da UESB, onde ocupa o cargo de diretora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas).

Desenvolvimento Regional e Urbano:

a administração pública municipal como fomentadora do desenvolvimento econômico local

POR KERSSIA KAMENACH

Introdução

O desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais, visando discutir questões que tornem a região protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento. Este enfoque destaca a importância da participação ativa das comunidades locais na identificação de suas necessidades e potencialidades. As políticas regionais, assim, se tornam ferramentas para empoderar as regiões, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A colaboração entre diferentes atores locais é essencial para alcançar esses objetivos, garantindo que o desenvolvimento seja adaptado às especificidades de cada região.

Olhando pelas políticas regionais *top-down*, a gestão municipal emerge como uma peça-chave no cenário do desenvolvimento regional. Essas políticas, inicialmente focadas na demanda e na correção das disparidades inter-regionais através de intervenções centralizadas, começam a reconhecer a importância da administração local na implementação eficaz e contextualizada dessas estratégias. Assim, a gestão municipal não só executa as diretrizes estabelecidas por níveis superiores de governo, mas também desempenha um papel crucial na adaptação e no sucesso das iniciativas de desenvolvimento regional.

Por meio de políticas e iniciativas direcionadas, os governos municipais têm o poder de impulsionar o progresso econômico em suas comunidades, criando oportunidades de emprego, fortalecendo o tecido empresarial local e incentivando o desenvolvimento de infraestrutura essencial.





A gestão municipal não só executa as diretrizes estabelecidas por níveis superiores de governo, mas também desempenha um papel crucial na adaptação e no sucesso das iniciativas de desenvolvimento regional."

A importância dos municípios no processo de desenvolvimento regional

A literatura que trata do papel dos municípios no desenvolvimento regional apresenta distintas abordagens, as quais, embora heterogêneas, convergem na ênfase à relevância dessas entidades para o progresso socioeconômico das regiões. Dentre as principais abordagens, destacam-se três. A primeira enfoca a descentralização da gestão pública, ressaltando a autonomia administrativa dos municípios. A segun-

da trata das ações coletivas promovidas pelos municípios, realizadas por meio de conselhos, a exemplo dos Coredes¹ no Rio Grande do Sul, que fomentam a articulação entre diferentes instâncias do poder local. Por fim, a terceira abordagem refere-se aos consórcios municipais, cuja finalidade é promover a cooperação intermunicipal para a implementação de projetos conjuntos. O ponto em comum entre essas perspectivas é a



demonstração do papel central dos municípios no processo de desenvolvimento regional.

A primeira abordagem, denominada de abordagem descentralizada na gestão municipal, refere-se à distribuição do poder de decisão e das responsabilidades entre diferentes níveis e setores do governo local. Embora não haja um consenso sobre esse conceito, a perspectiva progressista o interpreta como uma estratégia para reestruturar o aparato estatal, não com o intuito de reduzi-lo, mas de torná-lo mais ágil e eficiente. Essa visão busca democratizar a gestão pública por meio da criação de novas instâncias de poder e da redefinição das relações entre Estado e sociedade (JUNQUEIRA, 1998, pág. 12).

Conforme Junqueira (1999), o processo de descentralização, enquanto estratégia governamental, exige reposicionar cada ente federativo em sua esfera de competência específica. Dessa forma, cabe ao município a responsabilidade de prestar os serviços locais à sua população, enquanto o Estado oferece suporte por meio da regulação das relações e da atenuação das desigualdades regionais. Esse arranjo assegura a cooperação intergovernamental e intersetorial dentro da unidade federativa, com o objetivo final de promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Sob essa ótica, a municipalização, como parte do processo de descentralização, tem o potencial de não apenas aumentar a eficácia na gestão pública das políticas sociais, mas também de promover uma transformação gradual do Estado. Essa transformação envolve a clara definição de sua missão e a reformulação de sua estrutura organizacional.

No que diz respeito à governança, Dallabrida (2011) a define como o conjunto de iniciativas ou ações que demonstram a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos de maneira conjunta e cooperativa, envolvendo atores sociais, econômicos e institucionais. As experiências brasileiras de descentralização político-administrativa são concebidas como exemplos principais da institucionalização de novas escalas territoriais de governança, visando o desenvolvimento territorial.

Os municípios desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvi-

to econômico por intermédio das suas políticas e iniciativas. Eles são responsáveis por gerenciar recursos e serviços essenciais que afetam a qualidade de vida da população, como saúde, educação, transporte, infraestrutura urbana, entre outros. No contexto democrático brasileiro o município seria a base da organização política e social, havendo uma relação próxima entre o administrado e o ente federado, criando maiores possibilidades de acertos nas políticas públicas (MENDONÇA E HOLANDA 2016).

De acordo com Mendonça e Holanda (2016), os municípios são responsáveis pelo sucesso da administração pública porque seus indicadores interferem nos resultados das atividades econômicas, além de fomentar a criação de condições para o crescimento econômico e a ampliação dos aspectos sociais.

De acordo com Grau (2008), a administração municipal, ao promover o desenvolvimento econômico local e criar postos de trabalho que aumentem efetivamente a renda dos cidadãos, pode incentivar comportamentos por meio de indução, participação ou absorção, influenciando e impulsionando a atividade econômica. Já para Mendonça e Holanda (2016), a atuação dos municípios na economia não se restringe apenas a uma obrigação, mas constitui um direito do cidadão, com o objetivo de gerar condições favoráveis ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável do município.

Na administração pública, além de fomentarem a criação de condições para o crescimento econômico e a ampliação dos aspectos sociais, os atos executados possibilitam a criação de políticas públicas fomentando o impulso e a execução de atividades em prol da economia e da captação de investimento para criar o bem-estar da sociedade em geral (CARDOSO, ALMEIDA E MARCOS, 2023).

A competência dos municípios para fomentar o desenvolvimento local está diretamente alinhada com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição de 1988. A Carta Magna reconhece a autonomia municipal e estabelece que os municípios devem promover o bem-estar de seus habitantes e o desenvolvimento econômico e social, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da justiça social (CF/88). Desta forma, ao atuar de forma es-

tratégica na economia local, os municípios estão cumprindo não apenas suas obrigações legais, mas também sua missão constitucional de garantir o progresso e o bem-estar de sua população.

As leis orçamentárias municipais, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), são instrumentos que direcionam os recursos públicos para áreas estratégicas, como infraestrutura, saúde, educação, cultura, entre outras. A forma como esses recursos são alocados e priorizados reflete diretamente nas oportunidades de crescimento econômico local.

Os municípios têm a responsabilidade de planejar o desenvolvimento urbano de maneira sustentável, identificando áreas estratégicas para investimentos e promovendo iniciativas que atraiam empreendimentos e gerem empregos. No contexto dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), são elaborados planejamentos estratégicos regionais que visam impulsionar esse desenvolvimento. Esse planejamento microrregional adota uma visão estratégica, voltada para o médio e longo prazo, em vez de se limitar ao atendimento de emergências e demandas imediatas. Assim, busca-se a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e duradouro (ÁVILA ET AL, 2013, pág. 116).

Uma alternativa para impulsionar o desenvolvimento dos municípios é por meio dos consórcios municipais, uma forma de cooperação entre cidades que visa à gestão conjunta de serviços e projetos de interesse comum. Os consórcios públicos intermunicipais permitem que os municípios unam esforços para enfrentar desafios que seriam difíceis de solucionar individualmente, promovendo, assim, um modelo de federalismo cooperativo.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Brasil possui 723 consórcios públicos ativos, abrangendo 4.783 municípios, o que corresponde a 85,9% do total de municípios do País.

A região Sudeste concentra o maior número de consórcios públicos, com um total de 280. Todos os estados dessa região possuem consórcios, sendo Minas Gerais o destaque, com 163 sedes. A região Sul ocupa a segunda posição, com 192 sedes, e, da mesma forma, todos os estados contam com consórcios, sendo o Paraná o mais representativo, com 76 sedes. Em seguida, a região Nordeste registra 163 consórcios, com a Bahia liderando, com 54 sedes. A região Centro-Oeste abriga 67 consórcios, destacando-se o Estado de Mato Grosso, com 35 sedes. Por fim, a região Norte apresenta o menor número de consórcios, com apenas 25 sedes, sendo o Tocantins o estado com maior número de municípios-sede (13).



Os municípios desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico por intermédio das suas políticas e iniciativas. Eles são responsáveis por gerenciar recursos e serviços essenciais que afetam a qualidade de vida da população, como saúde, educação, transporte, infraestrutura urbana, entre outros."

Diante da situação desfavorável das regiões menos desenvolvidas, Diniz e Crocco (2006) sugerem o uso de recursos provenientes de fundos constitucionais e outros fundos legais não apenas para investimentos no setor produtivo privado, mas também para o financiamento de infraestrutura física e social por meio de entidades públicas, tanto em nível federal quanto subnacional (estados e municípios). Nesse contexto, um dos grandes desafios na implementação de políticas regionais é a definição das escalas territoriais de atuação e sua operacionalização com base em critérios de regionalização que não se limitem aos aspectos econômicos.

Nos municípios de pequeno porte, onde muitas vezes não há indústrias, fábricas ou atividades econômicas capazes de impulsionar o desenvolvimento, como apontado por Mendonça e Holanda (2016), a promoção do desenvolvimento local pode se dar pelo apoio à agricultura familiar, ao comércio local e à economia solidária. Iniciativas como feiras de produtores, programas de compras governamentais de alimentos e o turismo rural podem ser ferramentas importantes. Ao promoverem o empreendedorismo e apoiarem micro e pequenas empresas, os municípios fortalecem o tecido econômico e diversificam suas economias.

Além disso, a administração municipal pode desempenhar um papel ativo na promoção de parcerias público-privadas (PPPs) e na criação de programas de desenvolvimento econômico, como incubadoras de empresas, centros de inovação e aceleradoras de startups. Essas iniciativas não apenas fomentam o empreendedorismo local, mas também facilitam o acesso a recursos e capacitação, contribuindo para o crescimento sustentável da economia local.

Contudo, como Curi (2013) aponta, o desenvolvimento econômico urbano enfrenta a dificuldade de financiamento dos municípios, dado o sistema tributário brasileiro e a vulnerabilidade na arrecadação e repartição dos recursos. Além disso, Orair (2016) destaca que as finanças municipais possuem características pró-cíclicas, ou seja, variam conforme o ciclo econômico, o que compromete o planejamento a longo prazo dos governos locais. A estrutura de gastos muni-

pais, que depende em grande parte de transferências dos governos estadual e federal, também é pouco flexível.

Assim, mesmo com o poder formal para implementar políticas, os municípios muitas vezes carecem dos recursos financeiros necessários, que em grande parte estão concentrados nos níveis federal e estadual. Silva e Crisóstomo (2019) defendem que a correta atuação da gestão pública municipal é crucial para dinamizar áreas prioritárias e potencializar os resultados econômicos e sociais. O planejamento urbano sustentável, quando adotado, permite o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a inclusão social, promovendo um crescimento mais equilibrado e responsável.

Conclusão

A gestão municipal enfrenta desafios significativos, principalmente no que se refere ao financiamento de suas ações. O sistema tributário brasileiro e a vulnerabilidade na arrecadação e repartição de recursos entre as esferas federal, estadual e municipal limitam a autonomia financeira dos municípios. As finanças municipais possuem características pró-cíclicas, ou seja, os recursos variam conforme o ciclo econômico, o que compromete o planejamento a longo prazo e a implementação contínua de políticas de desenvolvimento. Além disso, a estrutura de gastos dos municípios é pouco flexível, já que grande parte de seus recursos depende de transferências dos governos estadual e federal, o que impõe limitações à gestão local.

Apesar desses desafios, a gestão municipal continua a desempenhar um papel vital no desenvolvimento inclusivo e sustentável. Ao articularem políticas que atendam às especificidades locais e fomentarem a colaboração entre setores público e privado, os municípios podem ser catalisadores do desenvolvimento, impulsionando a economia local e melhorando o bem-estar da população. Assim, a análise do desenvolvimento regional não pode ser dissociada da atuação dos governos locais, cuja capacidade de adaptação e execução de políticas se revela essencial para o sucesso das estratégias de desenvolvimento.

Notas

¹ Conselho Regional de Desenvolvimento. É uma instância de instância de participação e planejamento regional no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. São compostos de representantes dos diversos segmentos da sociedade que participam decisivamente das deliberações coletivas norteadoras do desenvolvimento regional e estadual. (ÁVILA ET AL., 2013, pág. 124)

Referências Bibliográficas

ÁVILA, L. V., WESENDOK, C.C., MADRUGA, L.R.R.G., SILVEIRA, J.S.T. da., SILVA, R.B. da. (2013). A Experiência de um Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE – No Estado do Rio Grande do Sul. Revista Hollos, Ano 29, Vol. 2, p. 115-132. Março. ISSN 1807-1600

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Consórcios Públicos. (2024). Disponível em: <Observatório de Consórcios Públicos (cnm.org.br)>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

CARDOSO, Alberto J. B.; ALMEIDA, Juma U. de; RODRIGUES, Marcos. A. (2023). "O Papel da Administração Pública no Desenvolvimento Social e Econômico: Uma Revisão". Revista Foco Interdisciplinary Studies. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n5-002.

CURI, Rodrigo. (2013). "Finanças Municipais, Sistema Fiscal Local E Estratégias De Desenvolvimento Econômico Urbano"

DALLABRIDA, Valdir Rique. (2010). Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 212 p. ISBN: 978-85-7578-265-1.

DINIZ, Clélio, e CROCCO, Marco. (2006). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. UFMG. <https://cedeplar.ufmg.br/economia-regional-e-urbana-contribicoes-teoricas-recentes/>.

DUARTE, Vilmar N. (2013). "Desenvolvimento Equilibrado Versus Desenvolvimento Desequilibrado: Uma Breve Revisão das Principais Teorias". Primeiro Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional. Ponta Porã-MS. GRAU, Eros Roberto. (2008). O Direito posto e o Direito pressuposto. 7a ed. São Paulo, Malheiros Editores.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. (1998). Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. Revista de Administração Pública/FGV, Rio de Janeiro, n. 32, p. 11-22, mar./abr.

_____, Luciano A. Prates. (1999). Descentralização, Intersetorialidade e Rede na Gestão da Cidade. Organizações & Sociedade, v. 11, edição especial, p. 129-139.

LEYDESDORF, L., COOKE, P., & OLAZARAN, M. (2002) 'Technology transfer in European regions: Introduction to the special issue', Journal of TechnologyTransfer, 27(1), pp. 5-13.

MENDONÇA, Maria Lírida Calou De Araújo E, e HOLANDA, Marcus Mauricius. (2016). "A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico". Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos 37(74): 207. doi:10.5007/2177-7055.2016v37n74p207.

SILVA, Clayton R. M. da, e CRISÓSTOMO, Vicente L. (2019). "Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses". Revista de Administração Pública 53(4): 791-801. doi:10.1590/0034-761220180234.



Kerssia Kamenach

Economista formada pela PUC-GO, é doutoranda em Economia na UnB e mestre pela UFG. Ex-presidente do CORECON-GO (2022-2023), atualmente é Conselheira Efetiva do Cofecon. Integra grupos de pesquisa e edita o Structuralist Development Macroeconomics Bulletin. Sócia Fundadora da Pool Consultores - Soluções para Negócios.

Desigualdades Regionais no Brasil:

a urgência de uma política ativa de desenvolvimento regional

POR ANA CLÁUDIA ARRUDA

A experiência com programas de desenvolvimento regional ativos vem sendo conduzida por diversos países, sobretudo os situados no Leste Asiático, especialmente China, Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Nestes países, existe grande preocupação em criar mecanismos de atração de investimentos privados, capazes de dar vigor às suas economias regionais e de favorecer a localização em ambientes que desfrutam de amplas economias de aglomeração e proximidade de grandes metrópoles. Storper e Venables (2005) apontam as razões pelas quais as atividades econômicas se aglomeram no entorno das cidades e concluem que três importantes elementos contribuem para este fato:

- (1) os efeitos de encadeamentos para frente e para trás das firmas, incluindo-se o acesso a mercados;
- (2) a aglomeração de trabalhadores;
- (3) as interações localizadas promotoras da inovação tecnológica.

Países que se industrializaram retardadamente e conseguiram reduzir suas disparidades regionais internacionais e intrarregionais, a exemplo da China, Japão e Coreia do Sul, tiveram um grande suporte de suas instituições de planejamento e uma boa coordenação de políticas de

desenvolvimento, bem como o suporte do sistema financeiro baseado no crédito controlado por bancos públicos de desenvolvimento em parceria com bancos privados. Na China (laboratório de política de desenvolvimento regional e urbano nas últimas quatro décadas), grande parte dos bancos são estatais. Há uma preocupação muito grande com mecanismos adequados de financiamento ao desenvolvimento, principalmente com o financiamento de longo prazo.

Todos os países anteriormente citados lideraram seus processos exitosos de transformações estruturais nas últimas décadas e servem de exemplo para países em desenvolvimento como o Brasil. Há um entendimento claro, nestes países, de que o processo de planejamento de longo prazo requer uma estrutura adequada de fontes de financiamento e de instrumentos governamentais bem planejados e coordenados, já que as decisões empresariais são tomadas em um ambiente de grande incerteza e risco. Os governos centrais desses países entendem que a volatilidade macroeconômica é muito intensa e que são necessárias políticas de desenvolvimento adequadas e bem definidas para dinamizar suas economias.

No Brasil, o processo de industrialização foi marcado por uma trajetória de concentração nas regiões mais dinâmicas, acentuando desníveis regionais e setoriais. Foi somente na década de 1970 que ocorreu uma investida contra o pro-





Em 2023, o rendimento domiciliar per capita do Norte e Nordeste foi equivalente a 70,5% e 62% da média nacional."

cesso de concentração industrial. Houve, neste período, uma maciça alocação de investimentos industriais, notadamente na Região Nordeste, mas, também, nas Regiões do Sul, Norte e Centro-Oeste. A intervenção do Estado no Nordeste permitiu à região obter profundas transformações na sua estrutura produtiva, alterando sensivelmente as vinculações econômicas com as regiões mais dinâmicas do país. A ideia de utilizar complexos industriais como um dos instrumentos de estratégia no desenvolvimento regional possibilitou o surgimento de novos e modernos eixos industriais na região como o químico-petroquímico, o automobilístico, entre outros. Embora a região tenha avançado nas últimas décadas, crescendo, em alguns momentos, acima da média nacional, não conseguiu ultrapassar em termos relativos o crescimento de outras regiões, sobretudo nas fronteiras do agronegócio (Centro-Oeste e Sudeste).

No apoio ao desenvolvimento regional, temos dois instrumentos centrais de financiamento: os Fundos Constitucionais e o BNDES. Historicamente o maior volume de desembolso do BNDES esteve centrado na indústria de transformação e na infraestrutura no Sul e Sudeste do país, atraindo mais capitais e gerando amplos efeitos multiplicadores, servindo como um importante instrumento indutor do desenvolvimento regional dessas regiões. O BNDES teve protagonismo na Região Nordeste e Norte no período 2007 a 2015, reduzindo posteriormente de forma maciça sua presença nas regiões menos dinâmicas do país (Monteiro Neto, 2022).

Na primeira década dos anos 2000 a região Nordeste se beneficiou das políticas nacionais de desenvolvimento. Grandes plantas industriais foram construídas na região, a exemplo da refinaria Abreu e Lima e indústrias automotivas de grande porte como Stellantis (em Pernambuco) e BYD (na Bahia). Monteiro Neto (2021), em estudo intitulado 'Um novo mapa da indústria no Brasil de 1995 a 2015', mostrou que os territórios da indústria continuaram se expandindo na região Nordeste, mas com produtos de baixa complexidade e demandadores de insumos das regiões Sul e Sudeste, gerando amplos vazamentos de renda para as regiões mais desenvolvidas. Um ponto que merece atenção é que as consequências geradas pelos vazamentos de renda reduzem os efeitos multiplicadores dos investimentos e da ação de crédito público realizada. A força aglomerativa no Grande Polígono Industrial (Belo Horizonte/São Paulo/Curitiba/Florianópolis/Maringá/Uberlândia/Belo Horizonte, com indústrias mais estruturadas e conectadas às metrópoles estratégicas) apresentado por Diniz (1993) reafirma-se no cenário atual.

Em 2023, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE), o rendimento domiciliar per capita das Regiões Norte e Nordeste foi equivalente a, respectivamente, 70,5% e 62,0% da média nacional. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram valores superiores à média nacional, confirmando o caráter de maior dinamismo econômico. A dinâmica do Centro-Oeste é explicada pela forte expansão do agronegócio, pelos eleva-

dos investimentos em infraestrutura e pela elevada concentração de renda em cidades como Brasília, Goiânia e Cuiabá.

Diante do exposto, a fim de reduzir as disparidades regionais, é recomendada e urgente a adoção de políticas industriais mais assertivas nas regiões Norte e Nordeste do país, com uma leitura atualizada dos movimentos e processos econômicos e sociais contemporâneos. No programa Nova Indústria Brasil (2024) existe uma diretriz que se destina a desenvolver um Sistema Nacional de Territorialização do Desenvolvimento Industrial; entretanto, na nova política industrial do atual governo, não se identificam instrumentos adequados de regionalização. Embora mencione o termo territorialização, não detalha os instrumentos efetivos da regionalização, fundamental para a integração regional. Convém registrar que o enfoque do desenvolvimento econômico territorial requer a participação efetiva e a liderança do Estado como agente coordenador, indicativo e orientador, bem como o envolvimento da sociedade civil organizada.

Conclusões

A estruturação de uma agenda clara de políticas ativas de enfrentamento dos desequilíbrios regionais requer um esforço de fortalecimento e

recuperação das instituições de planejamento, bem como dos instrumentos financeiros governamentais. A preparação dessas instituições demanda um esforço de diálogo com os parâmetros contemporâneos de desenvolvimento econômico em sua capacidade de planejar, coordenar e atrair investimentos, que são os pilares básicos de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Na construção de uma agenda para o futuro objetivando o combate às desigualdades regionais no Brasil, devem ser adotadas algumas iniciativas de curto, médio e de longo prazo, a saber:

- a) Uma política macroeconômica (monetária e fiscal) moderna e amigável, para acelerar a criação de empregos e promover a atividade produtiva. A política do regime de metas de inflação (apoiada no controle das taxas de juros) implantada desde a década de 1990 tem sido nociva para o país, acentuando a desigualdade.
- b) Uma política de incentivo ao fortalecimento da infraestrutura da rede urbana através da estrutura de acessibilidade e de investimentos nos serviços públicos (rede de saúde pública e de ensino). É através da rede de infraestrutura de integração física de serviços urbanos e de políticas regionais ativas, explícitas e implícitas, que se estimulam os investimentos privados.





“A estruturação de uma agenda clara de políticas ativas é condição essencial para combater os desequilíbrios regionais no Brasil.”

c) Políticas públicas voltadas para assegurar a todos o acesso a bens e serviços da sociedade. Para isto, é necessário um modelo econômico que aprofunde e diga com clareza a situação atual, os conceitos e os mecanismos para as pessoas saírem do estado de pobreza. A pobreza é, em si, um entrave ao desenvolvimento econômico. Sua eliminação só se resolve com ações efetivas de políticas públicas claras e bem definidas. Na América Latina, no Brasil e, especialmente, nas regiões Nordeste e Norte do país, a persistência da pobreza é uma chaga de natureza crônica. Assim, as políticas públicas de combate devem, portanto, ser prioridade em qualquer projeto de desenvolvimento.

d) Um Estado responsável pelo equilíbrio macroeconômico e pelo crescimento econômico, mediante estímulo ao investimento produtivo e de infraestrutura e à integração entre as regiões.

e) A valorização estratégica da iniciativa privada no sistema econômico e que esta seja capaz de criar os chamados ‘bons empregos’, como

afirmam Rodrik e Sabel (2020) no artigo intitulado “Building a Good Jobs Economy”. Para isto, é necessário apoio à empresa privada como o principal fator para geração do crescimento econômico sustentável, à inovação tecnológica e à estabilidade social.

f) Um modelo de política monetária inclusivo, que ajude as minorias a acessarem o sistema de crédito, tecnologia, treinamento e especializações. As mulheres são as mais afetadas no acesso ao financiamento. O crédito também deve chegar mais favorecido (com taxas de juros menores) em áreas remotas. A remoção das barreiras de capital representa um dos efeitos dinamizadores no processo de crescimento econômico.

g) A implementação de tecnologias de baixo custo para os setores informais rurais tem um efeito relevante em economias em desenvolvimento. Para isto, deve ser incentivada a produção agrícola em escala familiar e das micro e pequenas empresas, por meio de uma política de apoio e modernização à produção agrícola e agropecuária.

ria, voltada ao cultivo de frutas, hortaliças e outros gêneros para comércio local, em torno ou próximo dos centros urbanos.

h) A criação de empregos de qualidade tem que ser um propósito central de qualquer modelo econômico, e não uma mera consequência. É preciso, portanto, fortalecer o círculo virtuoso do emprego-crescimento econômico-emprego.

i) Uma reforma tributária justa e progressiva sobre a renda, que tribute mais fortemente os mais ricos. O sistema tributário atual brasileiro penaliza fundamentalmente os pobres.

Por fim, cabe destacar que, em todo o mundo, práticas inovadoras de interesse público vêm sendo conduzidas pelo Estado e é nele que devem estar concentrados os planos, programas e projetos futuros. Neste contexto, algumas áreas estratégicas devem ser priorizadas no curto prazo, como o fortalecimento da infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos, redes de comunicação) e o apoio a projetos inovadores (a exemplo dos projetos de energia eólica) e outros projetos produtivos estratégicos.

Referências Bibliográficas

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Nova indústria Brasil – Nova indústria Brasil – forte, transformadora e sustentável: Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026 / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), Brasília: CNDI, MDIC, 2025

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993

DINIZ, C. C. Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades, Texto para Discussão - UFMG-CEDEPLAR, n. 471, abr., 2013

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024

/ IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2024

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. de O.; SEVERIAN, D. (Org.). Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI. Brasília: Ipea, 2021

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. de O. Fontes Públicas Federais de Crédito como proxy de Investimento Microrregional: Fundos Constitucionais de Financiamento e BNDES (2002-2019). Brasília: Ipea, 2022

RODRIG D., & Sabel, C. (2019). Building a Good Jobs Economy. https://www.researchgate.net/publication/339132390_Building_a_Good_Jobs_Economy

STORPER; VENABLES. O Burburinho da Cidade In: Economia e Território. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005



Ana Claudia Arruda

Economista pela UFPE, Mestre em Economia pela UFMG/CEDEPLAR, Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano/UFPE. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco. Conselheira Federal do Cofecon e coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Regional e Local da autarquia.

Dia do Economista:

Desenvolvimento sustentável e integração regional em debate

POR MANOEL CASTANHO

Jornalista da Coordenação de Comunicação

Clélio Campolina Diniz, Aristides Monteiro, José Eduardo Pereira e Luciana Barros discutiram desigualdades territoriais e estratégias para um modelo econômico mais justo. Evento aconteceu na ENAP.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) recebeu no dia 14 de agosto a mesa de debates “Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Questões Regionais”. O evento, que foi realizado em comemoração ao Dia do Economista, reuniu especialistas para discutir os desafios do Brasil relacionados às desigualdades territoriais e à construção de um modelo econômico mais justo e sustentável.

O evento contou com palestras do ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina Diniz; do economista Aristides Monteiro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); do secretário executivo do Consórcio Brasil Central, José Eduardo Pereira; e da superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), economista Luciana Barros.





Realizar este evento nas dependências da ENAP é significativo: esta instituição tem se destacado como espaço de excelência na formação e capacitação de gestores públicos.”

Tania Cristina Teixeira
Presidenta do Cofecon

O debate foi promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), em parceria com o Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF), a Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

“Realizar este evento nas dependências da ENAP é significativo: esta instituição tem se destacado como espaço de excelência na formação e capacitação de gestores públicos”, expressou a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, ao falar na mesa de abertura. Ela também falou sobre a amplitude do trabalho realizado pelos economistas: “Sua atuação abrange áreas como planejamento econômico, gestão orçamentária e financeira, consultoria empresarial, estudos de mercado, comércio exterior, análise de investimentos, regulação de setores estratégicos, pesquisa acadêmica e desenvolvimento de indicadores socioeconômicos. Além disso, é presença fundamental em temas emergentes como economia ambiental, transição energética, inovação tecnológica, economia digital e finanças sustentáveis — contribuindo para decisões responsáveis e eficazes que impactam diretamente o futuro do país”.

O coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, destacou que o tema do debate tem sido recorrente. “É interessante que este seminário

ocorra hoje, porque juntamos uma questão estrutural, que é o desenvolvimento regional, com uma questão conjuntural, que é essa pressão vinda de fora e que tem um impacto bastante significativo”, apontou. “Se abrirmos os jornais de hoje, acharemos comentários sobre o Plano Brasil Soberano. É curioso que é dado destaque ao impacto fiscal. Mas, se não houvesse impacto fiscal, o plano seria inócuo, porque ele visa exatamente a ser contracíclico. A pior escolha seria não ter pacote: neste caso, o impacto fiscal seria pior ainda”.

A presidenta da ENAP, Betânia Lemos, destacou que a mesa de debates reunia instituições que têm um propósito. “A economia e a administração pública vão muito além de estudos de números e gestão. São áreas que desenham a condução do desenvolvimento econômico do Brasil. Essas instituições têm em comum o compromisso com o desenvolvimento com justiça social e soberania”, argumentou. “Economia, originalmente, era economia política. E como disse Maria da Conceição Tavares, a economia que não se preocupa com a justiça social foge do termo economia política”.

A presidenta do Corecon-DF, Luciana Acioly, lembrou de uma conversa que teve em 2000 com o célebre economista Celso Furtado. “De tudo o que ele me falou, chamou a atenção a questão da integração, que o espaço da integração é um espaço de soberania. Lembrei disso

porque as políticas não se fazem no vácuo, elas acontecem no território”, afirmou Luciana. “Quando perguntei se ele se sentia feliz, ele respondeu que o homem não nasceu para ser feliz, mas para enfrentar desafios. E nunca foi tão contemporânea essa resposta, porque o que nós temos pela frente como cidadãos e economistas é enfrentar desafios, estar com a cabeça erguida e lutar pelo nosso País e pela soberania”.

O presidente da Aslegis, Pedro Garrido, enfatizou a importância do debate para a profissão. “A mesa que teremos a seguir será muito importante para a continuidade do que é o trabalho do economista, que é discutir questões como distribuição, consumo, estrutura produtiva e o futuro da economia sobre uma base regional”, argumentou. “Estamos discutindo o modelo de desenvolvimento do País diante de uma ameaça externa, uma conjuntura conturbada, que tem impactos significativos do ponto de vista regional”.

A coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Regional e Local do Cofecon, Ana Cláudia Arruda, abriu o debate falando dos trabalhos realizados neste ano. “Começamos com palestras online, sendo a primeira com a professora Tania Bacelar. Depois falamos sobre neointustrialização e vamos falar sobre contas regionais em setembro”, pontuou a economista. “No Congresso Brasileiro de Economia teremos um Fórum de Desenvolvimento Regional, trabalhando o tema dos bancos de desenvolvimento no Brasil e no mundo. E teremos em Recife o seminário de Francisco e Clara para discutir questões regionais”.

Clélio Campolina: “Políticas regionais devem ter integração como objetivo”

Clélio Campolina Diniz discutiu alguns conceitos e apontou que a regionalização pode ser feita em diferentes escalas, dependendo do propósito. “Está superada a ideia de trabalhar com a região de forma isolada. Ela está interagindo com seu entorno mais imediato ou com o entorno nacional e internacio-

nal”, explicou. “A cidade se estrutura e comanda o território. Não podemos separar a cidade da estrutura. As políticas regionais devem ter como cenário de objetivo a integração territorial, econômica, social e política”.

O ex-ministro apontou que as políticas do território não podem ser colocadas de cima para baixo (top-down) nem de baixo para cima (bottom-up). “A orientação neoliberal trouxe que as regiões tinham que buscar sua solução de forma isolada. A região não tem capacidade de fazer isso; e nem é justo e democrático impor as decisões de cima para baixo. A combinação entre as dimensões global e local é fundamental”, argumentou. E trouxe os exemplos da França pós-Segunda Guerra, com o planejamento das sete “metrópoles de equilíbrio” para frear a concentração em Paris, e a experiência chinesa de uma rede urbana integrada por trens de alta velocidade. “A França está vivendo uma certa crise, mas não há dúvida de que conseguiu fazer uma integração territorial, econômica e política. Na China aproximadamente 50% da atividade produtiva está na mão do Estado, mas trabalhando numa lógica de mercado”.

Abordando o caso brasileiro, destacou as diferenças entre os seis biomas nacionais (flores-



ta amazônica, caatinga, mata atlântica, cerrado, pantanal e pampa), acrescentando a plataforma marítima. “O Brasil foi ocupado pela costa atlântica e ainda hoje a densidade está distribuída assim. As metrópoles brasileiras criaram vastas pe-

Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Questões Regionais

Com Clélio Campolina Diniz, Aristides Monteiro Neto e Eduardo Pereira Filho



riferias cuja solução é muito difícil”, analisou. “A desconcentração industrial é um bom indicador. Embora ela esteja perdendo participação no PIB, é um setor chave na dinâmica territorial”. Clélio finalizou apresentando a proposta de um Brasil policêntrico, abordou a importância da Amazônia e, ao falar do Nordeste, afirmou que “não é possível que uma região tão heterogênea tenha uma política de desenvolvimento única”.

Aristides Monteiro: “Desconcentração se dá pela fraqueza do motor industrial”

Em seguida, o economista Aristides Monteiro apresentou duas correntes teóricas e constatou que “aquilo que imaginávamos que seria extremamente positivo e desejável, a desconcentração produtiva a partir de São Paulo, está acontecendo, mas de um modo que não era o esperado”. O fenômeno ocorre mais pela desindustrialização do centro, e o agronegócio exportador tem surgido como motor de crescimento. “Temos um processo de convergência que se dá pela fraqueza do motor industrial, que era aquele que imaginávamos que iria criar os multiplicadores intersetoriais e inter-regionais, e estamos montando outra economia nacional com o motor do agronegócio, que é altamente tecnificado em várias de suas plantas e regiões, mas que não opera os mesmos multiplicadores”.

Ao comentar o momento político, Monteiro também observou que “tem os que pensar políticas regionais num momento em que parte da sociedade não quer mais políticas de nenhuma ordem”. E apontou para o desempenho econômico como resultado de uma queda no investimento

(formação bruta de capital fixo): de 2010 a 2014, da ordem de 20,5% do PIB, caindo para 16% entre 2015 e 2021 e, mais recentemente, perto dos 17%. “O que venho estudando e pensando com outras pessoas é a aposta num desenvolvimento territorial baseado na inovação, conhecimento e sustentabilidade ambiental. Juntar a expansão das atividades agropecuárias e minerais, com essa reserva de moedas via exportações, e utilizar este drive de crescimento para a solução do outro, que é a desindustrialização. Não estamos sabendo fazer isso adequadamente”.

Por último, Monteiro abordou aquilo que chamou de falhas de coordenação setorial: “Não estamos conseguindo, neste momento, distribuir os recursos setorialmente para obter as melhores capacidades, técnicas e multiplicadores para o setor industrial”, comentou. “E é também uma falha de coordenação regional. Ao olhar como estes recursos se destinam às regiões, temos uma região que gostaríamos muito que ela se desenvolvesse, mas o cidadão nordestino médio capta do governo federal 66% daquilo que o nacional captaria; aqui no Centro-Oeste, um representante deste negócio vibrante capta 2,5 vezes mais”.

José Eduardo Pereira: “Forma transversal de trabalhar políticas públicas permite troca de experiências e riquezas”

José Eduardo Pereira, secretário executivo do Consórcio Brasil Central (que envolve os estados do Centro-Oeste, mais Rondônia, Tocantins e Maranhão), abordou o trabalho da autarquia, que foi criada em 2015. “A forma transversal de trabalhar políticas públicas faz com que

“

Com a criação da Embrapa, o Brasil deu um salto de ciência em torno da produtividade rural."

haja uma troca efetiva não só de experiências, mas também de riquezas", afirmou Pereira. "Reunimos sete unidades da Federação, o que leva a uma capacidade de resolução de determinados gargalos de políticas públicas".

Ele também tratou do processo de interiorização da população brasileira, antes muito concentrada no litoral. "A construção de Brasília tem muito a ver com isso, permitiu que o Brasil pudesse começar a ser palmilhado, buscando o desenvolvimento econômico das regiões do interior", expressou Pereira. "Nos anos 70, com a criação da Embrapa, o Brasil deu um salto de ciência em torno da produtividade rural, com experimentos capazes de virar a chave do desenvolvimento agropecuário do nosso País".

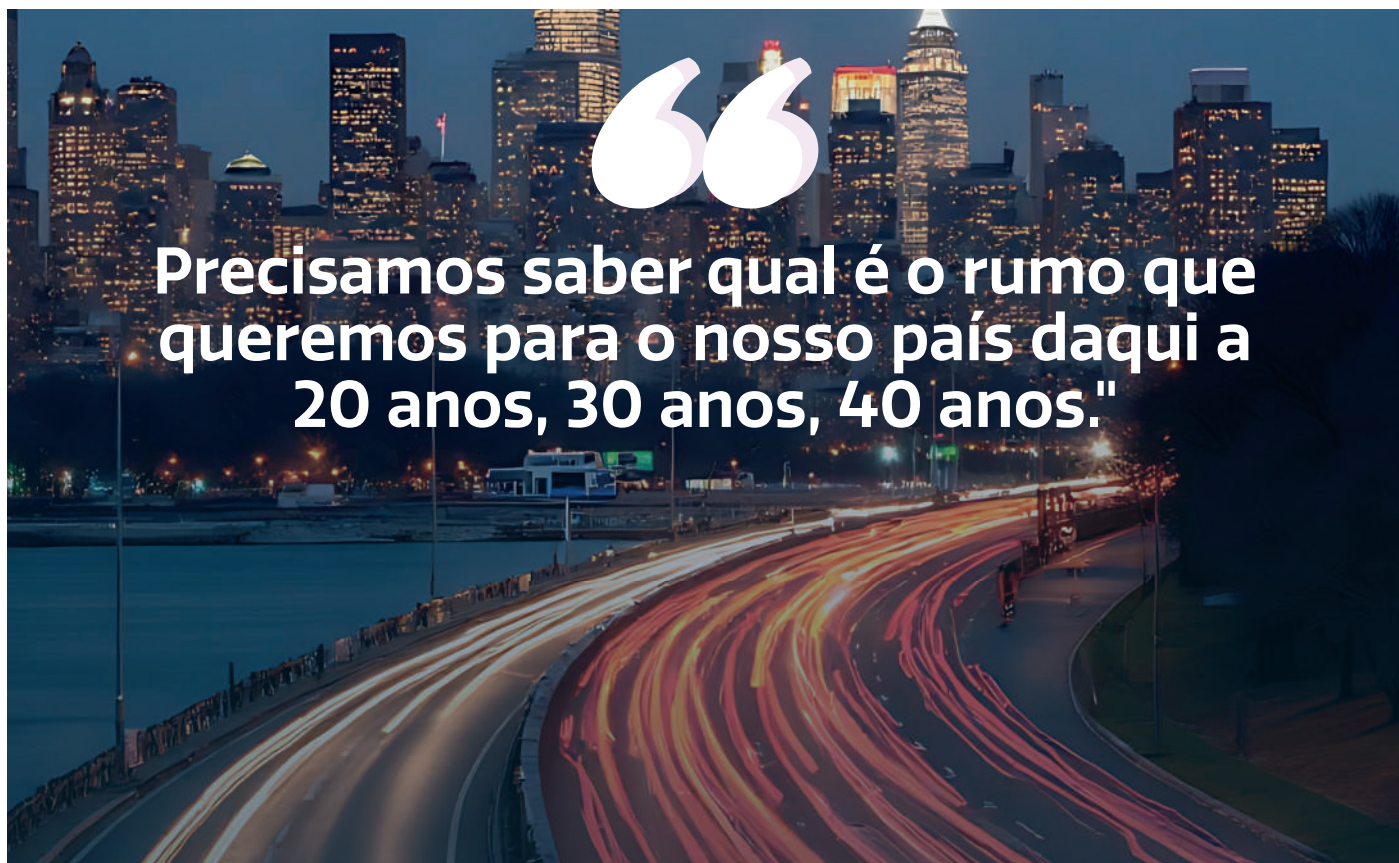
Pereira também compartilhou um caso de sucesso dentro do Consórcio Brasil Central. "Nós fazemos compras compartilhadas de medicamentos de alto custo. Os estados apresentam suas demandas, fazemos o pregão, tiramos uma ata e os estados passam a adquirir os medicamentos através do Consórcio. Isso gera uma economicidade média de 20%, mas em alguns medicamentos ela chega a 80%", comemorou. "Agora estamos em uma licitação internacional para a aquisição de 26 helicópteros para as secretarias de segurança pública, para mitigar aspectos relacionados à proliferação deste cancro que é o crime organizado".

Luciana Barros: "Precisamos saber qual é o rumo que queremos"

A superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste pontuou que o Brasil tem uma política de desenvolvimento regional que ainda não foi aprovada pelos parlamentares. "Precisamos saber qual é o rumo que queremos para o nosso País daqui a 20 anos, 30 anos, 40 anos. Temos uma política, mas que precisa ser aprovada e implementada. Foi assim que países que estavam no caos conseguiram se reerguer", apontou Luciana. Ela também lamentou o longo tempo que o Brasil passou sem ter uma política industrial: "Isso fez com que algumas indústrias fechassem. Estive visitando uma ferrovia no Mato Grosso, 734 quilômetros de trilhos, será um novo corredor logístico de desenvolvimento. Os trilhos vieram da China, porque a indústria de trilhos brasileira foi fechada há mais de 20 anos. Estamos vendo commodities, mas o que está acontecendo com a indústria nacional".

Ela mencionou outra situação ocorrida no mesmo estado. "Visitamos indústrias, fazendas, produtores de algodão, mas o que eles estavam falando? Que toda hora a energia cai. Como vamos impulsionar o investimento sem ter energia? E que tipo de energia queremos?", questionou. "Estamos falando de desenvolvimento econômico e social, mas é também um desenvolvimento sustentável. E o desenvolvimento precisa ser planejado".





Precisamos saber qual é o rumo que queremos para o nosso país daqui a 20 anos, 30 anos, 40 anos."

Ela também apontou que a indústria precisa ter mão de obra capacitada – mas não só a indústria. “Na fazenda que visitamos, uma pessoa falou que tinha uma máquina de um valor altíssimo, com uma tecnologia enorme, e não tem mão de obra para isso. Há salários de R\$ 8 mil para operar máquinas”, comentou. “Não adianta falar em indústria de alimentos, química, de veículos, bebidas e minerais se não tiver mão de obra. Temos planos regionais, mas como implementar? E qual o incentivo que estas indústrias terão para ir para regiões menos desenvolvidas? Vamos continuar comprando ideias de fora?”.

Debate

Roberto Piscitelli, coordenador da Comissão de Política Econômica do Corecon-DF, pontuou que o ambiente acadêmico tem dado pouca atenção ao desenvolvimento regional e ao planejamento urbano. “Fui acadêmico também, me ressoava dessa restrição que tivemos em nossa formação”, comentou. “A região Centro-Oeste carece de alguns mecanismos e instrumentos que poderiam processar uma maior integração regional. Qual é a importância deste projeto de integra-

ção leste-oeste financiado pela China e em que sentido ele poderá promover uma maior integração não apenas brasileira, mas também com a América Latina?”, perguntou.

Diones Cerqueira, coordenador da Comissão de Desenvolvimento Regional do Corecon-DF, fez um resumo das discussões. “O professor Campolina fez uma síntese das teorias do desenvolvimento regional, fez com que compreendêssemos como funcionam e de onde surgiram os instrumentos. Já o professor Aristides trouxe um cenário bem interessante, de expansão da área urbana e redução da atividade industrial”, comentou. “Passamos pelas políticas públicas, de crédito, incentivos e compras governamentais, e a superintendente da Sudeco trouxe as questões da política voltada para o desenvolvimento regional e da ausência dela durante vários anos, bem como da existência de recursos para viabilizar o desenvolvimento. Já existe um conjunto de instrumentos voltados para a promoção do desenvolvimento regional. O Aristides falou da falha de coordenação setorial, e superar isso é papel dos economistas. E gostaria de encerrar com uma frase do mestre Celso Furtado, que dizia que desenvolvimento é ser dono do próprio destino”.



De galinha a gavião: como impulsionar o voo da economia brasileira

Juliana Rosa

De galinha a gavião: como impulsionar o voo da economia brasileira, livro de estreia da jornalista Juliana Rosa, parte de uma metáfora conhecida no meio econômico para explicar, de forma acessível e instigante, por que o Brasil patina em ciclos de crescimento desde os anos 1980. Com linguagem simples e didática, a obra destrincha temas como contas públicas, educação, impostos e infraestrutura, traduzindo o “economês” para qualquer pessoa interessada em entender os caminhos e descaminhos da economia nacional. Com mais de 25 anos de carreira no jornalismo econômico e vários prêmios na bagagem, a autora baseou sua análise em conversas com grandes especialistas nos temas abordados, como o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; o ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan; um dos criadores do Bolsa Fa-

mília, Ricardo Paes de Barros; a ex-secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi; Antonio Corrêa de Lacerda, conselheiro federal e professor-doutor da PUCSP; e a economista Zeina Latif, que assina o prefácio. Sua proposta, declarada desde a introdução, é tornar o conhecimento econômico um instrumento de cidadania, capaz de orientar decisões, fortalecer a democracia e reduzir desigualdades.

(Texto da Editora Nova Fronteira, com adaptações)

Autora: Juliana Rosa
Editora: Nova Fronteira
Capa dura: 192 páginas
Dimensões: 13 x 20 cm
ISBN: 9786556404073

Economia Política de Dados e Soberania Digital: estratégias para autonomia nacional

Helena Lastres, José Cassiolato e Marcos Dantas (organizadores)

O livro é uma importante contribuição ao auxiliar a compreensão da economia política dos dados e da digitalização da sociedade, especialmente em um momento em que as discussões relacionadas a regulação da internet se tornam cada vez mais necessárias. Em um cenário onde as tecnologias de comunicação favorecem o capital, com o domínio de grandes corporações e de um único país, os autores reforçam a importância de enfrentar essas novas formas de colonialismo e de construir uma política que vise a soberania digital e de dados.

A obra é o resultado da investigação pioneira denominada “Medição de Economia de Dados: um estudo de caso sobre o Brasil”, patrocinada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.Br) e realizada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef) e pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist).

O livro conta, na quarta capa, com contribuição de Renata Mielli, coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil; na orelha, do secretário-executivo do MCTI e professor Luis Fernandes (PUC-Rio e UFRJ). O prefácio é assinado pelo professor Sérgio Amadeu da Silveira (UFABC); a apresentação, por Marcos Dantas; e o preâmbulo, por Carlos Pinkusfeld, diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado.

(Texto da Editora Contracorrente)

Organizadores: Helena Lastres, José Cassiolato e Marcos Dantas

Capa comum: 588 páginas

Editora: Contracorrente

Dimensões: 22.5 × 15.5 cm

ISBN: 9786553962484





Economia e política no contexto da crise atual no Brasil e no mundo

Luiz Fernando de Paula, Fabiano Santos, Fernanda Feil e Rafael Moura

A publicação conta com a colaboração de um conjunto de cientistas políticos e economistas que procuram destrinchar os emaranhados de economia e política em um cenário cambiante e instável. O livro navega pelas turbulências da política brasileira no contexto de uma virada neoliberal e sob um governo de extrema direita, desvendando como essa fase afetou a estrutura econômica e social do país. Abordando tópicos diversos como a crise climática global e a tensão entre desenvolvimentismo e neoliberalismo, esta obra oferece um retrato atualizado das forças econômicas e políticas que estão moldando o Brasil e o mundo. Ela não é apenas uma avaliação detalhada dos dilemas contemporâneos, mas também uma demonstração de como a economia e a política podem e devem ser entendidas como duas faces da mesma moeda.

(Texto da editora Alta Cult)

Autores: Luiz Fernando de Paula, Fabiano Santos, Fernanda Feil e Rafael Moura

Editora: Alta Cult

Capa comum: 256 páginas

Dimensões: 23 x 16 cm

ISBN: 9788550825175

Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**PROTAGONISMO
DIVERSIDADE &
DESENVOLVIMENTO**

Construindo um futuro inclusivo
para a economia brasileira



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br